



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

REUNIÃO PARA DISCUTIR A IMPLANTAÇÃO DO PCCR E OUTRAS
QUESTÕES RELACIONADAS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE
ESTADO DA SAÚDE - SESAU

EM: 10.01.2020

PRESIDENTE: SR. DR. NEIDSON

SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Bem, boa tarde a todos. Quero abrir esta reunião que já foi marcada desde o mês passado. Registrar as presenças aqui do Deputado Jair Montes, Deputado Estadual Chiquinho da Emater, Deputado Estadual Eyder Brasil, Deputado Federal Mauro Nazif, Excelentíssimo Senhor Júnior Gonçalves, Secretário Chefe da Casa Civil; Dr. Fernando Máximo, Secretário de Estado da Saúde - Sesau. Nós temos o Luís Fernando que é Secretário da Sefin, e demais Secretários; a senhora Célia, que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado de Rondônia - Sindsaúde; senhor Charles, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Rondônia - Sinderon; Dr. Carlos Maiorquim, representando o Sindicato dos Médicos do Estado de Rondônia - Simeron; senhora Mirtes, representando o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Executivo do Estado de Rondônia - Sintraer; e senhor

Raimundo Nonato, Presidente do Conselho Estadual de Saúde. Presidente, não; vice. Presidente, é? Conselheiro. E todos os presentes aqui, também, representando a Saúde do nosso Estado de Rondônia.

Conforme a reunião realizada no mês anterior, ficou marcado para hoje às 11h da manhã, a reunião da Comissão de Saúde, juntamente com os Sindicatos e o Governo do Estado. E com isso nós estamos aqui, já na Mesa, com o Governo do Estado e vamos passar a palavra ao Governo, também, e vamos começar pelo Luís Fernando, Secretário da Sefin.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA -Boa tarde. Boa tarde a todos. A gente está dando sequência àquela reunião do mês passado e, conforme havíamos combinado, nós recebemos uma proposta de PCCR, uma proposta conjunta dos Sindicatos, que foi protocolada na Casa Civil e, em cima dessa proposta, o Governo fez a sua avaliação de impacto.

Procuramos tentar fazer o máximo de simulação para ter precisão nesses cálculos, embora tenham alguns detalhes que não são simples de a gente apurar porque envolvem progressões, envolvem uma análise quase individual do impacto que isso tem em cada caso e a gente sabe que o que está se pedindo é algo que certamente busca recompor aquilo que ficou para trás durante muitos anos, não é? Isso reflete um anseio que a gente reconhece e, embora a gente estranhe alguns números, porque têm alguns impedimentos, por exemplo, em salários médicos, por exemplo: no último nível chegariam a R\$ 52 mil. Isso tem impedimentos para o pagamento disso porque, na Administração Pública, existe um limite, não é? O limite é o salário do Ministro do Supremo que é de R\$ 39 mil. Então, assim, sem ir muito ao fundo nessa questão de impossibilidades, a gente, mesmo

considerando esses R\$ 52 mil, que a partir da 9ª classe, do 9º nível já chegaria a valores acima do salário do Supremo que têm vedações legais para isso. Mas ainda assim consideramos isso no cálculo, tendo em conta que esse foi o pedido da categoria.

E com isso, avaliamos o impacto estimado de R\$ 255 milhões, que seria o impacto ano, não é? Isso seria o valor a ser acrescido na folha de pagamento da Saúde caso a gente acatasse, a gente aceitasse a tabela da forma como foi proposta. Considerando que a folha da Saúde hoje gira em torno de R\$ 494 milhões/ano, R\$ 255 milhões é um número que o Estado não tem condições de absorver, porque ele esgotaria a nossa capacidade de custeio, inclusive, não só de arcar com o investimento.

Então, esse número de fato, por qualquer análise, a gente até fez algumas simulações a mais, tentou avaliar a possibilidade de absorver isso no orçamento do Estado, e ele representa quase uma Secretaria a mais, uma folha a mais de uma nova Secretaria, e realmente a gente não teria como absorver. Então, o que a gente avaliou é que para que tivéssemos um número que pudesse ser, caber no orçamento do Estado, pudesse iniciar uma discussão, até uma discussão de prioridades - não é? -, porque se você tem um número viável, você discute se ele pode ser providenciado através da escolha de outras prioridades. Mas nesse caso esse número não permitia qualquer contraproposta, porque ele ficou impossível.

Então, a forma como a gente buscou tratar isso é, nós precisamos rever a alocação de pessoal, nós precisamos rever a estrutura de um PCCR adequado para saber se com realocações, com remanejamento, com melhor aproveitamento de servidores isso se tornaria possível. Mas como foi destacado no texto da própria proposta, que nos foi

encaminhada pelo conjunto dos Sindicatos, os Sindicatos não tiveram tempo para elaborar um PCCR propriamente dito. Foi feito só uma tabela. E o PCCR implica em você pensar nas condições de ascensão a novos cargos, de promoção horizontal, de promoção vertical. E isso exige estudos bem mais aprofundados.

Só a tabela do jeito que foi apresentada, o único dado, a única forma de calcular é o que a gente fez. Então o que a gente entende que é o caminho mais adequado é você de fato elaborar um PCCR que preveja realocação de pessoas, redimensionamento da força de trabalho, capacidade de lidar adequadamente com os desafios da Saúde até para os novos tempos, porque isso, as necessidades são novas. Então essa revisão dos processos de realocação, redimensionamento de força de trabalho, precisa ser feita com mais profundidade. E aí, nesse sentido, junto com a Casa Civil, junto com a Secretaria de Saúde e outros atores, a Sepog, nós encaminhamos um pedido de consultoria de uma empresa que elaborasse uma proposta de consultoria para elaborarmos de fato um PCCR, um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, que previsse tudo isso.

O próprio Tribunal de Contas já tem uma recomendação para que nós elaboremos esse plano dentro dessa técnica, dentro dessa forma adequada de lidar com esse assunto.

Então, nós solicitamos propostas para algumas consultorias e recebemos proposta de uma consultoria que a gente tem condições de contratar num prazo curto para que ela elabore esse plano. Eles fizeram um cronograma dentro dessa proposta, a proposta está aqui conosco, essa proposta prevê um cronograma de seis meses para fazer essa avaliação. E é essa proposta que nós vamos avaliar. Então, lembrando que essa é a proposta de menor prazo que nós recebemos. O prazo da Fundação Getúlio Vargas foi de 11

meses e essa empresa que nos fez a proposta falou em seis meses.

A gente entende que isso...

(manifestação da plateia)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Pessoal, vamos deixar ele concluir. Depois a gente vai fazer os questionamentos.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA - Ok, concluindo. A gente entende que a demanda, a necessidade que a categoria apresenta é de uma urgência maior, mas como a gente já mencionou, não há condições de a gente tomar uma decisão agora que inviabilizaria o equilíbrio financeiro do Estado. O equilíbrio financeiro do Estado é uma preocupação da qual a gente não pode se afastar. E esse é o caminho, é o prazo necessário para que a gente conduza isso com a responsabilidade suficiente para tomar uma decisão que a gente possa cumprir, para que não aconteça o que aconteceu em outros Estados em que essas decisões foram tomadas sem um embasamento adequado e hoje sofrem problemas com atraso de salários, tem a inviabilidade de seus serviços.

Então, a nossa proposta é que nós possamos tratar isso dessa forma, com um estudo feito por uma consultoria contratada pelo Estado, para que nesse prazo a gente consiga apresentar o impacto. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Vamos passar a palavra agora ao Secretário-Chefe da Casa Civil Júnior Gonçalves.

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Ei gente, gente, só um minutinho, vamos aguardar eles terminarem a proposta e aí nós vamos fazer os nossos debates, está bem?

(manifestação da plateia)

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Não, nós não vamos aceitar, mas vamos ter paciência só um pouquinho, está bem?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Deixa só a parte do Governo do Executivo concluir para a gente poder abrir para vocês falarem também.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Bom dia a todos. Bom dia. Essa questão do PCCR, desde a nossa última reunião, nós sentamos e verificamos, e a gente sabe. Então o Governador, o Coronel Marcos Rocha, eu acredito que todos, inclusive, o Secretário de Saúde que também é médico. Eu acho que nós não estamos aqui, nós não estamos aqui discutindo, eu acredito que é isso. Vocês me corrijam se eu estiver errado. Nós não estamos aqui discutindo mérito de que a categoria está há mais de 10 anos buscando um reajuste, 16 anos, mais de 10 anos. Nós sabemos que existe aí, eu ouvi uma palavra aqui: o Governo quer ganhar tempo. Eu acredito que uma das coisas mais difíceis que nós estamos enfrentando em conjunto é a confiabilidade de que: será feito ou não, ou estão ganhando tempo? Então eu acredito que é uma das coisas que, ninguém mais aguenta enrolação.

Eu acredito que ninguém aguenta mais palavras ao vento que não se cumprem, ninguém aguenta mais que seja feito um projeto enviado para a Assembleia e após algum tempo ser retirado como estratégia política. E é algo que esse Governo não vai trabalhar desta forma.

O PCCR, eu acredito que é a maior causa e a maior busca por vocês pelo o que estou vendo em todas as placas aqui levantadas. Nós poderíamos trazer aqui qualquer melhoria, caso fosse aprovada pelas finanças e pela estrutura financeira do Estado. Mas, na realidade, o que vai resolver é um PCCR digno, justo do qual o enfermeiro, de fato, entre sabendo como ele vai sair, com quanto ele vai sair e qual o crescimento. Estou pegando como exemplo um dos profissionais. Mas isso é preciso ser feito com cautela, de fato.

O PCCR já não é uma discussão que o Governo vai ou não fazer. Ele irá fazer. É uma proposta do Governador. Quando nós pegamos esta tabela - o PCCR é uma construção mais aprofundada, ele não é só uma tabela de melhoria, ok? Quando você pega uma - e aqui o Secretário Luís Fernando falou: que no final do médico ali, no final da carreira do médico, ele vai sair com 52 mil, e nós temos uma lacuna e uma discrepância aí entre o enfermeiro e o crescimento dele e o do médico, tudo isso tem que ser estudado de maneira mais profunda. Se hoje nós pegarmos simplesmente essa tabela e implantar, vocês podem ter certeza, nós vamos fazer esta reunião novamente, discutir outros problemas que virão a partir disso. Nós vamos celebrar e dentro deste mesmo ano nós vamos sangrar. Porque não vai resolver de fato.

Então o que é que o Governo está propondo? E, de fato, gente, por mais que não seja o ideal, que todos vieram buscar. Nós estamos chamando Sindicatos para dentro da

Mesa, nós não estamos, em nenhum momento, fechando as portas, ou usando estratégias que não sejam de forma transparente. Nós buscamos sim trazer uma empresa, buscamos três empresas para conseguir fazer, de fato, o PCCR de vocês junto a essa empresa. Uma deu 11 meses, a outra deu 06 meses, nós estamos apertando para ainda dentro deste ano, nós resolvermos esta causa. Só que dentro, obviamente, de um ajuste real interno, que não é só uma planilha.

O Plano de Remuneração de vocês - vocês sabem disso -, é muito mais sistêmico. Então, o que nós estamos propondo é conseguir, por mais que vocês já viram, parece uma reprise, em alguns momentos, de uma novela passada, mas o que nós pedimos a vocês é um pouquinho de confiabilidade, para que, quando vocês falam: vamos entrar em greve - é um direito, cabe a nós respeitar. Nós não estamos aqui questionando isso. Nós estamos aqui, só colocando: entrar em greve se o Governo já está dizendo para vocês: nós vamos construir, vamos enviar um projeto para a Assembleia baseado nessa construção e vamos resolver um problema de 16 anos - como vocês mesmos citaram -, para a categoria, para dentro da Saúde. O negócio é: parar aumenta ainda mais o custo do Estado, o prejuízo para todos nós.

Então, óbvio, essa é uma consciência e nós vamos respeitar a decisão do Sindicato, das deliberações de vocês. Nós vamos honrar e vamos respeitar. Agora, já está pronto, nós já conseguimos a empresa e, abrindo o orçamento, nós já vamos dar início a esse processo. E vamos chamar, inclusive, o Sindicato para a Mesa para acompanhar e reportar aos senhores e senhoras o andamento disso.

E a Assembleia também, que é a Voz do Povo, está acompanhando. E nós queremos construir de maneira transparente, sem pegadinha. Só que nós queremos fazer de maneira responsável, junto com vocês.

Então, é a colocação do Governo. Aí fica uma análise e uma deliberação dos senhores e das senhoras. Mas, com certeza, se vocês aceitarem essa proposta, daqui a 06 meses nós já vamos estar com algo construído e pronto para apresentar. Se nós conseguirmos... Oi?

(manifestação da plateia)

O SR. JOEL (Manifestante) - O senhor tem ideia do que o senhor está nos pedindo? O senhor tem ideia de quantos servidores estão aqui? Com certeza, o senhor não tem ideia do que está se construindo aqui. Com certeza, vocês não têm ideia do que está se construindo aqui. Vocês vêm com uma proposta vaga, uma proposta que sempre foi a que nós recebemos. Vocês não trouxeram nada para que nós possamos, ao menos, esperar esses 06 meses. Seis meses vai ser 1 ano.

Vocês vão chegar daqui a 06 meses e vão dizer: olha, a tabela está pronta, mas agora vai ser mais 06 meses para aprovar... Aí vai ficar para 2021. Em 2021, vai ter as eleições de 2022, e vamos acabar sem o PCCR. Agora, se vocês chegassem, se vocês tivessem, que nem eu falei uma vez para o Secretário: "Secretário, ao menos amenize a nossa dor. Amenize!". A colega foi falar aqui na frente, hoje, chorando. Têm servidores chorando, chorando! E têm muitos servidores, quando vocês deixaram de nos pagar os extras, amigos nossos passaram fome em dezembro, porque não tinham o que comer. O senhor não tem ideia, vocês não têm ideia do que estão nos pedindo, do que é esperar 10 meses. Agora, se vocês colocarem: não, vamos ao menos aumentar o auxílio para vocês de R\$ 250, vamos aumentar o auxílio-saúde, enquanto espera o Plano de Carreira. Seria uma proposta, mas vocês não têm nada, não têm nada. Vocês não

têm ideia do que é isso. É uma vergonha! Eu, sinceramente, eu acho isso que está acontecendo aqui uma vergonha. Vocês acham 06 meses pouco. Seis meses para vocês, para a gente não é. Se vocês estiverem realmente querendo trazer uma proposta para a gente, categoria: nós não podemos aprovar o Plano de Carreira para vocês hoje, mas o Governo nos autorizou, junto com o orçamento da Assembleia, aumentar o auxílio-alimentação de vocês, aumentar o auxílio-saúde de vocês. Aí seria uma proposta. Aí seria uma proposta. Ou seja, vocês não nos trouxeram nada. Vocês não nos trouxeram nada. Então, vocês não querem que a gente possa contribuir. Vocês não querem.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Qual o nome do senhor?

O SR. JOEL (Manifestante) - Joel.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Seu Joel...

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Gente, só um minutinho. Vamos terminar de ouvir a proposta do Governo?

O SR. JOEL (Manifestante) - Que proposta, Célia? Que proposta?

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Aguardem. Não... Nós vamos ter o nosso tempo, Joel. Nós vamos ter o nosso tempo. Está bom, gente? Só esperem. Deixem o Governo terminar e nós teremos

o nosso tempo de reivindicar a eles, está bom? O Sindicato também tem uma proposta. Tenham paciência um pouquinho só, tá?

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Infelizmente... Dr. Joel...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Só quero também justificar a ausência do Deputado Adailton Fúria, que, por problema de saúde familiar, ele teve que viajar e não pôde estar presente. Mas mandou a assessoria. Ali o Cássio, que é Chefe de Gabinete, está presente aí.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Eu só gostaria de finalizar a proposta do Estado, porque realmente, às vezes, a gente se antecipa, e eu estou explicando o contexto do PCCR, de como a gente chegou e a questão dos prazos. A proposta do Governo a gente não finalizou. Então, eu só gostaria que vocês deixassem a gente chegar no final, ok?

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Gente, vamos ter paciência um pouquinho. Vamos aguardar a proposta. Deixa o Governo falar tudo o que ele tem que falar. E nós teremos o nosso tempo de falar, está bom?

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Só a questão que foi colocada. "Ah, contrataram uma empresa para fazer o PCCR - não é? Para que contratar?" Nós estamos seguindo inclusive um foco que é o próprio Tribunal de Contas. Para eles fazerem a readequação e a construção do Plano de Cargos

interno deles, eles contrataram uma empresa. No caso deles foram anos, porque foi toda a estrutura. Mas eles fizeram no início do ano de 2019 esse reajuste. Em alguns lugares, onde estava sobrando, eles conseguiram enxugar e todo esse enxugamento interno conseguiu reverter para salários. Então, muitas vezes, a gordura pode até existir mais em alguns lugares, que pode melhorar ainda mais. Mas, para isso, precisa-se do estudo dentro da gestão. A SESAU é gigante. Então sem ajuda de terceiro, e eu acredito que ninguém aqui discorda que está todo mundo açodado de trabalho, todo mundo está até a tampa, e você parar os servidores e despontar eles para fazer algo extra, fora do horário, nunca vai sair, porque eles já estão atarefados demais. Então é onde vem a necessidade da ajuda de terceiros.

Então o Estado quer resolver o mais rápido possível. Então nós buscamos a metodologia mais rápida e estamos pressionando e buscando o fornecedor com menor prazo. Se a gente pudesse resolver em 60 dias, estaria feito. Nós só precisamos fazer com responsabilidade junto com vocês. Junto com vocês. Ok?

Secretário.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Então, boa tarde a todos. Um dia a justiça vai acontecer e vocês vão ver que eu sou uma das pessoas que trabalha brigando aqui com a Sefin, com a Sepog, em prol dos servidores.

A justiça divina não falha e isso um dia vai acontecer, apesar de terem incitado muito contra mim no começo, muita gente incitando, algumas pessoas que a gente não precisa citar, mas a minha briga sempre foi constante. Minha e do Governador Coronel Marcos Rocha. Desde antes de

1º de janeiro de 2019, pedindo PCCR, pedindo melhorias salariais. Todas as vezes que a gente discute com a Sefin, está aqui a Sefin, ele fala: "Fernando, não dá para chegar nisso". Mas nós temos que ver porque tem 10 anos que não temos aumento de salário. O auxílio-alimentação da Saúde é uma vergonha. Sempre foi uma vergonha. O auxílio-saúde é uma vergonha. E essas coisas são coisas antigas e crônicas.

O que vem acontecendo ultimamente, os movimentos, a situação de determinação de ponto eletrônico, tudo isso fez as pessoas terem uma visão muito errônea de mim. Não tem problema. Um dia, a justiça divina chega e todo mundo vai entender e vão ter consciência disso. Eu não tenho, eu não me preocupo com isso porque eu sou uma pessoa temente a Deus e acredito exatamente nisso. Por mais que demore, por mais que o deserto demore a se passar, mas uma hora ele passa. As brigas vêm, as lutas, mas a vitória um dia vai ser nossa, eu tenho certeza.

E aí, nessas brigas, nessas conversas com a Sefin, (briga, que eu falo, é no bom sentido) porque apresentaram o PCCR. Como o Luís Fernando colocou: o impacto de R\$ 250 milhões, o salário do médico, no fim, R\$ 52 mil. É digno? É. O médico merece ganhar R\$ 52 mil por mês? Merece. Trabalha, salva vidas! Agora tem a Constituição, que fala que a gente não pode ganhar mais do que o teto. Tem um teto constitucional que o do Estado é R\$ 25 mil. Então, por aí, o PCCR já tem algo de inconsistente, e aí o Luís Fernando falou: "É impossível. É inconstitucional, é muito exorbitante". Se perguntar se o médico deve ganhar isso, deve. Enfermeira deve ganhar isso? Fisioterapeuta? Claro! Fonoaudiólogos. A gente trabalha com vidas. Não tem nada mais precioso do que salvar vidas. Mas infelizmente, nas atuais circunstâncias, daria esse aumento aí, esse impacto

de mais de R\$ 255 milhões que, para o Estado, é inviável, é impossível, então, tem de ser revisto.

Quando fomos conversar, de rever, dia 30 de novembro, o Conselheiro Paulo Curi, do Tribunal de Contas, que é o atual Presidente, não era ainda; até o dia 30. Eu estava numa audiência lá, e ele me falou: "Olha, o Sindicato, na nossa época, nós propusemos, o Sindicato propôs um PCCR com valores muito altos, que até nós achamos alto. Passamos para os nossos servidores para fazerem o PCCR". E nós entendemos o seguinte: somos um órgão de controle, os órgãos grandes, os tribunais todos não são eles que fazem. Porque imagina o próprio servidor fazer o PCCR dele?! A tendência, óbvio, minha, se deixar para eu fazer o PCCR, quando eu vi R\$ 52 mil, eu quero isso para mim; eu sou médico, óbvio que eu quero. Mas é factível, é exequível, é viável?

E aí, o próprio Presidente do Tribunal de Contas, o atual, falou para mim: "Olha, nós aqui no Tribunal de Contas entendemos que o que o Sindicato pediu era muito exagerado e se fôssemos deixar para os nossos servidores fazerem, podia ficar tendencioso e nós somos um Tribunal de Contas, que é um órgão fiscalizador. E como outros órgãos, nós contratamos uma empresa privada para que ela faça uma análise de todos os servidores". São 80 cargos na Saúde. Os 80 cargos, analisem tudo e vejam o que dá para fazer. Porque não é só: "Ah, vamos dar um aumento de tanto, de tanto", e aí, tem algumas empresas de grande *know-how* no país, FGV, o EloGroup, são as empresas, Dom Cabral, que são as empresas grandes que fazem esse estudo. E aí nós pedimos, como o Luís Fernando falou, e essas são as propostas que a gente tem. Lá do Tribunal de Contas demorou mais tempo que isso. Infelizmente, podem falar assim: "Ah, mas essa historinha vem acontecendo..." Nunca aconteceu

isso, de um governo pedir para fazer, uma empresa privada, de renome nacional, pagar para ela fazer, entregar pronto aquilo que vai ser imparcial. Aquilo que sair ali é imparcial. Não é nem tendendo para o Sindicato, não é nem tendendo para o governo, não é nem tendendo para os servidores que vão fazer o PCCR. É algo exequível.

Eu estou no João Paulo há nove anos, passei nove anos no João Paulo, e a gente sempre ouviu falar de PCCR, de PCCR, e nunca saiu, sempre foi... E o Dr. Neidson estava falando comigo hoje sobre isso. Ele está aqui desde 2014. Está no Estado desde 2006, que o senhor falou, não é? Desde 2006. Lá em 2006 já falavam a mesma coisa. E nunca teve uma proposta. Isso o Dr. Neidson falou para mim hoje. Algo tão factível. Algo tão, assim, parece real, que vai acontecer. Então, não é só 'parece', não, vocês podem ter certeza que não é. Nós temos uma luta constante para fazer as coisas serem diferentes.

Por mais que seja difícil, que seja duro, pode observar, o João Paulo II, 20 anos era um jeito. Melhorou. Está bom? Não está. Está excelente? Não está. Nós precisamos construir outro hospital, mas melhorou. E quem trabalha lá, quem é atendido lá, vê. O trabalho é constante para tentar melhorar. Tem gente que acha que piorou, mas assim, 99% das pessoas acham que melhorou. Mas tudo bem. Mas vamos adiante.

Eu estou mostrando para vocês que é difícil alguém falar assim: "ah, tenham credibilidade no governo, porque os governos anteriores falharam". Tudo bem. Mas nós entramos agora e estamos tentando fazer a coisa certa. E o PCCR vai sair. Gente, eu sou servidor. Eu sou médico. Eu sou servidor do Estado. Durante quanto tempo eu vou ficar na Secretaria? Ninguém sabe. É mais um mês, mais uma semana, amanhã eu saio, saio hoje. Eu não sei. Agora,

médico? Eu sou médico do João Paulo. Sou concursado. Eu sou médico concursado do João Paulo. Então, se puder aprovar PCCR hoje, falarem assim: "vamos aprovar agora o PCCR aqui", para mim é ótimo. Se eu sair da Secretaria amanhã, eu estou com o PCCR aprovado com R\$ 52 mil de salário no fim da carreira. É um espetáculo para mim.

Agora, a Finança fala que não dá. O Tribunal de Contas fala que não é assim. Os órgãos fiscalizadores estão nos falando que tem que ter uma empresa terceirizada para fazer. Então a gente acaba tendo que seguir isso aí. Depois, aprovou, tem o projeto, vamos trazer para a Assembleia Legislativa. Aí é Projeto de Lei que tem que ser aprovado depois que a empresa nos apresentar. Mas tudo isso vai ser construído com muita transparência, junto com os Sindicatos, com os servidores, com a Assembleia Legislativa, com o Governo, com a empresa, com todos os dados direitinho.

"Ah, mas seis meses é muito tempo", o Joel falou. Concordo, Joel, é muito tempo mesmo. Mas, assim, vai fazer de uma hora para a outra, vai aprovar hoje aqui, não vai dar certo, o Estado vai quebrar. Gente, não é balela, não. Os Estados que nos cercam aqui, todos estão com o salário atrasado. O pessoal está recebendo 13º de 2018 agora. Graças a Deus o nosso não está nessa situação, mas nós também não podemos fazer com que ele fique. E aí eu não quero defender Secretaria de Finanças, etc. Mas vamos lá.

Para concluir. Minha última briga, entre aspas, eu falo briga porque existe, tem que ter o dinheiro para dar o dinheiro para o filho, que somos nós os filhos, só que nem sempre o pai tem o dinheiro todo necessário. Então por isso que eu falo "briga com a Sefin", é isso. E aí eu tenho pedido muito a questão do auxílio-alimentação, que foi uma das primeiras coisas que nos foram pedidas no começo da

gestão, que realmente, R\$ 100,00 é muito pouco. É nada. É um absurdo. Concordo plenamente. E aí o que é que nós sentamos. É um salário de fome, é verdade. Salário de fome. Concordo plenamente. E é por isso que nós temos brigado para tentar melhorar.

E aí com a Sefin, conversando com a Sefin, o que é que dá para fazer nesse auxílio-alimentação? O pessoal está pedindo R\$ 100,00. Dá para dar os R\$ 100,00 a mais? Não, não dá, porque... Então, pedindo a Sefin, fazendo contas, vai dar um impacto de 12, iria dar um impacto de R\$ 12 milhões e pouco, entre R\$ 12 e R\$ 13 milhões o impacto de dar R\$ 100,00 para cada servidor da Sesau a mais de, são quase dez mil servidores, de... Isso. Olha, qual é o seu nome? Desculpa. O Ítalo está falando, olha, vamos diminuir os comissionados. A empresa que vai fazer o serviço, como fez no Tribunal de Contas, ela enxugou e falou assim: "Olha, pode cortar tais e tais comissionados do Tribunal de Contas", e eles cortaram. E pelo que cortou de comissionados, eles conseguiram melhorar o PCCR deles. É importantíssimo isso que você está falando. A empresa faz isso.

(manifestação da plateia)

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Auxílio-paletó a gente não tem, não. Quem que tem? Não. A gente não tem auxílio-paletó, não. A senhora está enganada. Vamos concluir. Vamos só concluir.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Pessoal, vamos deixar concluir aqui para a gente passar também para os Sindicatos.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Os Secretários não têm auxílio-paletó, não. A senhora está equivocada. Mas tudo bem. Então nessa discussão de "vamos dar", "pode dar", "o Estado não aguenta", "aumenta muito", "não sei o que não aumenta", nós conseguimos com o Secretário aumentar o auxílio-alimentação de R\$ 100,00 para R\$ 200,00. Conseguimos, que já é alguma coisa. É a melhor coisa do mundo? Não é. Resolve todos os problemas das pessoas? Não resolve. Mas nesse momento... Diga, senhora. Então, vamos lá. Senhores, para concluir. Nesse momento, é o possível. Nesse momento. O Joel está falando uma coisa interessante. Isso é um acordo firmado com o gestor anterior, mas ele cumpriu? Então, nós estamos assumindo e estamos cumprindo algo que não foi cumprido. Nós estamos honrando um compromisso que nem nosso é, entendeu? Então. Vamos concluir. Gente, eu não estou entendendo. Vocês...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Pessoal, vamos o deixar concluir primeiro! Fernando.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Isso, perfeito. A Saúde não tem só R\$ 100,00 de alimentação. A senhora está falando errado. Tinha! Isso agora é coisa do passado. Agora são R\$ 200,00. Agora são R\$ 200,00. É coisa do passado. Era R\$ 100,00 no passado. Vamos lá.

Então, nós estamos atendendo uma reivindicação desde o começo do ano, desses R\$ 100,00. É o que dá para fazer, nesse momento, através da Sefin.

(manifestação da plateia)

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Diga? Deixa entender. Vamos entender aqui, pessoal!

Nós vamos fazer uma... Nós estamos fazendo um contrato com uma empresa, assim que abrir o orçamento, entre o dia 15 e o dia 20 já sai o contrato com a empresa. A gente estava conversando com o Dr. Neidson hoje. Como nós queremos ser transparentes, honestos e transparentes, assim que tiver a primeira reunião, a primeira ordinária que a Assembleia voltar do recesso, a gente vai fazer uma reunião e pactuar isso assinado em atas. Os deputados vão assinar, nós vamos assinar, os Sindicatos, e quem estiver presente vai assinar a pactuação. E assim que sair, agora dia 15 a dia 20, a gente faz o contrato com a empresa e faz a pactuação disso aí.

MANIFESTANTE- Secretário, com licença. Boa tarde. Deixa eu te falar. O senhor disse, neste exato momento, acho que os senhores escutaram, que o nosso auxílio-alimentação é R\$ 200,00, é isso?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - A partir de hoje...

MANIFESTANTE- Não, por que se você está dizendo isso, então o aumento vai ser mais R\$ 100,00, vai ser R\$ 300,00 agora? Porque está R\$ 100,00 aqui no contracheque. Olha aqui o contracheque. O contracheque está aqui para todos que quiserem pegar. Está R\$ 100,00 no contracheque. Então o senhor vai aumentar R\$ 200,00 a mais?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Esse contracheque é de que mês?

MANIFESTANTE- Setembro. Está aqui o dono.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Setembro. E o contracheque de dezembro, foi quanto?

MANIFESTANTE- Vamos puxar o contracheque aí. R\$ 100,00. Eu estou dizendo que de agora em diante, passa a ser R\$ 200,00. De agora em diante passa a ser R\$ 200,00.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Secretário, "de agora em diante", vocês dizem: "agora", a partir do mês de janeiro?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Gente, vamos lá. A folha já fechou. Próxima folha aberta, fevereiro.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - A partir do mês de fevereiro.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Próxima folha aberta. A folha de janeiro já está fechada. É a partir do mês de fevereiro. Nunca você consegue fazer no mesmo mês. E a partir do fim de fevereiro. A partir do fim do mês de fevereiro.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Já? Então vamos passar agora para os Sindicatos também, para ouvir a parte de vocês.

O SR. GOLBERY PAIXÃO - Secretário, bom dia. A Educação recebe R\$ 258,00, Secretário. É uma vergonha oferecer mais R\$ 100,00 para o trabalhador da Saúde. O Governo é o mesmo. São os mesmos filhos do Governo. O senhor Marcos Rocha é responsável pelos trabalhadores da Saúde também. Porque não paga os R\$ 258,00, da Educação. Por quê? Porque R\$ 100,00 para Saúde?

Outra coisa, Secretário de Fazenda. A tabela que foi feita foi estudada com a equipe técnica da Sesau. Teve uma equipe da Sefin e da Sepog que estudaram. Eu não tenho culpa se vocês pegaram ela hoje, vocês tiveram 30 dias, em cima da hora, e aí não dá. Vocês tiveram 30 dias para dizer: olha, isso aqui não está. Chamar o Sindicato lá em dezembro, vamos rever isso aqui antes da reunião. Não chegar aqui e dizer: olha, eu não tenho proposta.

Outra coisa, Secretário, o auxílio-alimentação, quem acordou foi o Chefe da Casa Civil, o Procurador-Geral do Estado que está hoje aí no Governo. Então, não mudou não. Igual o Governo passado é o mesmo Governo que está nos gerenciando. Então, não mudou nada, gente. Continuam as mesmas pessoas querendo dizer que não participaram, que não sabiam, que eram do Governo passado. Não gente, é continuação.

Então, outra coisa, foi mandada uma tabela, mas tem uma lei sim. A lei foi estudada junto com a Sesau, a equipe técnica. Não foi mandando o corpo da Lei, porque foi mandada a tabela para se fazer o impacto. Só isso. Era para trazer uma proposta e vocês não trouxeram proposta.

Outra coisa, a Sesau tem técnico, tem uma técnica que estudou, uma funcionária, fez curso na Fiocruz, especialista em Plano de Carreira do SUS. Tem capacidade. É só mandar alguém da Sefin e da Sepog e os Sindicatos trabalharem juntos. Eles fornecendo os dados da arrecadação do Estado para fazer o Plano de Carreira. Não precisa criar mais gastos contratando empresa. Isso aí em 30 dias nós podemos fazer esse Plano de Carreira. É uma enrolação sim. 06 meses é enrolação contratar empresa. Nós não devemos aceitar. Vamos sim montar uma equipe de todos os Sindicatos e a Sesau e nós podemos fazer esse Plano de Carreira.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA - Golbery? Golbery? Respondendo a você em relação análise da tabela que foi apresentada. Embora exista um Plano, a tabela por si só não permite prever todos os detalhes sobre progressão. E, principalmente, mais do que a evolução na carreira, é preciso, para viabilizar a absorção do impacto, que nós tenhamos uma análise dos processos, quantas pessoas são necessárias em cada unidade, como é que a gente pode otimizar o uso das pessoas, como é que a gente pode incorporar a tecnologia para melhorar o uso da força de trabalho. Então, é isso que a consultoria vai nos permitir fazer de acordo com o que foi recomendado pelo próprio Tribunal de Contas, como o Dr. Fernando citou. Então, é muito mais do que fazer isso.

Agora, em dezembro, quando nós recebemos aquela tabela, no momento de fechamento do exercício, momento de viabilizar uma série de esforços para cumprir teto dos gastos, era muito complicado a gente parar e fazer uma discussão aprofundada, com a seriedade, com toda a responsabilidade que este tema merece. Então, não seria dessa forma que a gente conseguiria apresentar um

resultado, que a gente pudesse sustentar. Então, o caminho que a gente está propondo é aquele que permite, não só uma decisão segura, mas a sustentabilidade disso. Porque uma vez.... Avaliei R\$ 255 milhões. Eu vou aprovar isso. Como é que isso impacta a vida do Estado daqui para frente? Então assim, a gente tem que fazer uma avaliação muito responsável, porque eu não estou falando de um gasto de uma vez. É um gasto para sempre. Então, isso precisa ser estudado com a profundidade que a gente está propondo aqui. E o prazo e a forma são essas que a gente reputa que são as melhores possíveis para se atender de uma maneira sustentável o que está sendo solicitado.

MANIFESTANTE - Pessoal, deixa eu dar uma palavrinha rapidinho. O Hospital João Paulo II. Deixa eu te falar: um dos piores governadores para a Saúde foi o Confúcio Moura. Destruiu os servidores da Saúde, que em proposta do pessoal federal, da transposição, iria converter em melhorias salariais. Aí, vem ele, uma proposta de R\$ 100,00 a mais. Porque R\$ 100,00 equivale a R\$ 3,14 por dia. Não dá para nada. Querem dar mais R\$ 3,14 por dia. Não dá, gente. Então, eu lanço uma proposta - que a gente não acredita mais em político, né? Vamos parar com isso aí - que deem um aumento em cima do vencimento. Para que a gente não sofra tanto, e fiquem rindo da gente. Aumente o plantão especial, porque enquanto nós estamos nos nossos domingos no hospital, eles estão na casa deles com churrasco e cerveja.

O SR. JEOVÁ GOMES - Ok. Senhores, Dr. Fernando, por gentileza. O senhor já teve a sua participação, Dr. Fernando. Eu acho que agora é o momento de o Sindicato se manifestar. As propostas do Governo são simplesmente vazias

e inconsistentes para que a categoria aceite qualquer uma que venha dos senhores. E vou explicar por que, doutores: porque nós já sabíamos que iria ocorrer esse tipo de protelação. Por isso que nós encaminhamos apenas a tabela. Por quê? Inclusive, se os senhores leram a proposta, no último parágrafo, nós colocamos que a discussão de todo o processo do PCCR seria feito *a posteriori*, quando fosse realmente fazer a revisão da legislação. A nossa preocupação não está em relação à lotação do servidor, porque todo e qualquer servidor lotado em qualquer Unidade de Saúde do Estado de Rondônia é mal remunerado. Então, não interessa para nós essa lotação e constá-lo numa portaria de lotação. Muito bem. Em relação à manifestação de Vossa Senhoria em relação à tabela que nós apresentamos, é uma tabela que consiste na valorização da classe trabalhadora. Em entendendo que o senhor coloca R\$ 52.389,00, hoje, como impossibilidade de revisão da tabela, o senhor há de entender que isso aí é final de carreira. Final de carreira, nós temos uma projeção de mais 48 anos para quem vai se aposentar. Isso deve acontecer daqui a 48 anos, para chegar a esse valor. Ainda assim, a equipe técnica se debruçou na questão do que determina a Lei 67, que é o nosso Plano de Carreiras, na classe I nós temos um determinado valor, e lá na última classe é que nós temos um valor de aposentadoria. E a tabela que foi elaborada consiste exatamente em relação à Lei 1.067, que fala que "a cada três anos, o servidor terá 3% de aumento". Então, as palavras dos senhores, em relação a isso, são inconsistentes, elas não prosperam em relação a nossa proposta que foi apresentada.

Muito bem, mas nós neste momento nós apresentamos outra contraproposta a não proposta dos senhores de R\$ 100,00 porque eu entendo que, me desculpe Dr. Fernando e a equipe técnica, é vergonhosa e eu não vou entender como

proposta, esses R\$ 100,00. Nós precisamos discutir algo concreto hoje, para que nós possamos dizer não à paralisação da greve. Hoje, nós precisamos discutir aqui o aumento real na nossa tabela salarial. Ou nós discutiremos aqui a paralisação nas unidades hospitalares, greve de forma simplesmente para que, como resposta a tudo isso.

Secretário, o Estado de Rondônia pagou no ano de 2019, R\$ 419 milhões, na folha de pagamento. Não obstante, pagouem plantões especiais e horas extras, cinquenta e seis milhões duzentos e sessenta e três reais. Ou seja, isso representa na nossa folha de pagamento 13% daquilo que nós recebemos, porque a folha paga, ela paga 13% apenas em plantões especiais. Muito bem, eu sugiro então, certa vez eu já havia falado isso para o Dr. Fernando, e ele falou que seria impossível, porque se nós reduzíssemos hoje os plantões especiais, iria agravar muitas áreas na Saúde. E eu entendo Dr. Fernando que o senhor está equivocado. Hoje como proposta, se o senhor reduzir 50% dos plantões especiais que a Saúde paga, nós teríamos hoje um aumento de 6% real no vencimento do trabalhador. Não é o que nós queremos, mas já poderia ser acrescentado no vencimento, por quê? Porque já existe isso e vem sendo recorrente. Olha só: em janeiro, R\$ 4 milhões; fevereiro, R\$ 4 milhões; abril, R\$ 4 milhões, e agora só de 13°, 13° plantões extras foram pagos mais de três milhões e seiscentos mil. Então chegou-se a um patamar, no ano de 2019, R\$ 56 milhões de reais apenas em plantões extras e horas extras. Isso pode ser revertido no salário do trabalhador? Claro que pode, basta o Governo querer.

Agora, nós damos uma proposta, esta amortização já de 50% para o vencimento de imediato. Ora, o Estado vem pagando a GADE e a GAE. Incorpora-se a GAE e a GADE agora para o vencimento do trabalhador, porque isso já iria

e elevar, por mais, ele já está pagando, ele já está pagando isso, o que nós queremos é a incorporação desses valores no nosso vencimento. Acabou, essa é a proposta uma.

Outra, se os senhores incorporarem 50, nós queremos os 100% dos valores que estão sendo discutidos hoje na questão dos plantões especiais, por que nós queremos isso? Porque nós temos que parar com essa fábrica de plantão especial e hora extra e isso impede que a Saúde contrate profissionais competentes para substituir, é um desculpa muito grande. Então, enquanto nós tivermos, enquanto nossos servidores estão dobrando seus plantões, eles estão deixando, porque apenas para receber R\$ 150,00, receber R\$ 1.500,00, R\$ 120,00, não... Senhores, nós temos que ter respeito. Temos que ter respeito. Então, vamos considerar que agora já em fevereiro, incorpora-se a GADE, que abrangeria os médicos, incorpore a GAE que abrangeria todos os técnicos e demais servidores que recebem, e aí ainda incorporaria 50% imediato dos plantões extras e das horas extras. Daríamos um espaço para que a Sesau aos poucos fosse excluindo essa questão da categoria plantões especiais e horas extras. E aí, isso de imediato, agora em fevereiro. Lá, a proposta, porque em junho, segundo o Júnior, passaríamos seis meses onde já teria o trabalho técnico, o estudo técnico do Plano de Carreira. Isso para nós é importante? É, mas ele não é viável hoje, Por isso que vai ficar para seis meses lá para frente porque o que nós queremos hoje é algo real no vencimento do trabalhador.

Outro ponto, e aí os outros 50% desses plantões extras e especiais, eles seriam diluídos em junho e o outro seria, os 20% diluídos em outubro, incorporados ao vencimento do servidor, porque esse valor já existe na folha de pagamento, ele já está incorporado na folha de pagamento.

Então, nós não vamos retirar nada dos cofres do Governo, é só colocar no nosso vencimento.

Muito bem, outro ponto é o auxílio-alimentação. Essas questões do auxílio-alimentação e auxílio-saúde, elas não incidem em nenhuma despesa extra. Elas não incidem. Não incidem em questões do INSS, não incidem, elas são livres. O Governo não vai questionar isso, o impacto. Então, hoje, se os senhores, tanto o auxílio-saúde como o auxílio-alimentação e a insalubridade, eles não incidem, nós não levamos isso para a aposentadoria, não incidem em tributos. Então eu entendo sim, que há possibilidade de que tudo isso aconteça? Há sim, basta única e exclusivamente a boa vontade do gestor. Se isto acontecer com certeza nós teremos condições. Então, nós teremos uma proposta do auxílio-saúde para R\$ 400,00, isso por quê? Porque não existe mais nenhum Plano de Saúde de R\$ 100,00. Hoje, qualquer lugar que você vá, o mínimo é R\$ 400,00, dependendo da faixa etária, e essa faixa etária nós vamos discutir, é proposta nossa para o Plano de Carreira. Isso vai ser discutido lá na frente, quando nós estivermos trabalhando as questões técnicas do Plano de Carreira, não na folha, não hoje, na tabela salarial. Por isso que o Plano de Carreira - questão técnica - ficou para se discutir depois, entendeu? Mas o Governo pretende gastar dinheiro com a contratação de uma empresa que deve, no mínimo, cobrar aí os seus R\$ 5 milhões, como o Tribunal de Contas pagou pelo Plano de Carreira. Outro ponto, e isso é desconhecer os técnicos da Casa.

Outro ponto de discussão é a insalubridade, que nós já havíamos discutido anteriormente, de se acrescentar, de alterar aquele valor da insalubridade que é de R\$ 600,00 que a gente recebe R\$ 180,00, para um índice de R\$ 1.200,00, entendeu? Porque isso, esses pontos que nós

colocamos aqui, estão desde junho do ano passado nas mãos do Secretário, está nas mãos do Secretário Chefe da Casa Civil. Encaminhamos para ele, ele passou para a Mesa para discutir e nós estamos até hoje aguardando esse posicionamento do senhor Secretário e, até então, não chegou. Portanto, senhores, sim, sim, a maioria não recebe e nós temos que entrar com ações judiciais, porque, inclusive o Secretário diz que está pagando, mas não consegue chegar a pagar todo mundo. Então, senhores, Secretário esta é a nossa proposta.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Como é o nome dele? Jeová. Senhor Jeová, na última reunião, só para eu poder compreender, na última reunião que nós tivemos ficou acordado que vocês iriam protocolar na Casa Civil, na Sesau, o PCCR, que até então era a nossa discussão na reunião aqui na Assembleia, na reunião ordinária que teve, correto? O senhor mesmo afirmou que por alguma questão, o que foi protocolado lá, foi uma tabela de aumento salarial, ok? Então vamos lá. Nós acordamos a construção de um PCCR. Quando nós chegamos aqui, nós ouvimos em coro, e alto e bom tom, PCCR já, é o que tem aqui nas placas, ok? Quando vocês estão falando para nós sobre a questão, e eu gostaria de pedir uma coisa, vocês estão falando de muitas coisas que aconteceram no passado que vocês já viram. E eu acredito que em nenhum momento, nenhum dos senhores, em nenhum contexto histórico, nós conseguimos alguma coisa, saindo da discussão correta, da discussão respeitosa e indo para os ataques pessoais, de desconstruções ou ofensas. Enfim, isso só abre e nós vamos só repetir a mesma história que eu acho todo mundo aqui está cansado e principalmente vocês, que já estão há anos discutindo isso, nós vamos passar, vocês vão continuar. E o legado que estamos construindo aqui, eu gostaria de ter orgulho junto com vocês, de que por mais que brigemos, nós nos respeitamos, porque é assim que nós

vamos construir isso daqui. Vocês estão exigindo respeito, então, eu peço a vocês, vamos continuar neste ambiente, porque assim nós vamos realmente mudar esta história, mudar esta história em conjunto e é na unidade que se vence as batalhas, ok? Voltando, nós estamos falando de PCCR.

Quando fala de aumento de auxílio-alimentação, quando fala de reduzir um plantão especial em 50%, e reverter isso em aumento, nós estamos falando de fazer um puxadinho, no meio do caminho, de uma construção de que algo que vai resolver vocês de uma vez por todas, que é o PCCR. Ok! Só que, veja bem, nós vamos, vamos lá. Faz a concessão, aqui, correndo, do jeito que vocês querem. Isso tudo vai impactar no retorno real que vai acontecer dentro da construção do PCCR. Tem várias inconsistências que foram feitas atrás, não só nessa categoria, em outras, que juridicamente fica difícil ajustar várias progressões, inclusive. Por quê? Porque politicamente foi feito na pressão, não se fez o custo, e depois fica o impacto. É igual aconteceu conosco agora. O Governador Coronel Marcos Rocha entrou dia 1º de janeiro de 2019, com um rearranjo que foi feito em outra categoria, que impactou R\$ 65 milhões. E foi dito que não tinha impacto. Porque foi feito na pressão e depois ficou a conta para o contribuinte pagar. Tirou de onde? Do que poderia ter sido feito na Saúde, inclusive, que já está há muito mais anos esperando, esperando ser feito isso. Então nós podemos resolver numa ação política. Como? Fazendo algo aqui ou realmente sentar e resolver. São 16 anos, gente! São 16 anos de história. Vocês devem estar sofrendo pra caramba! Entendo. Agora, esses 6 meses...

Por favor.

(O Secretário cede a oportunidade para fala)

O SR. JORGE (Manifestante) - Boa tarde. Eu queria falar aqui para vocês, não é uma coisa voltada para a personalidade dos Secretários, muito menos para as pessoas dos Sindicatos. Eu tenho uma visão também, como todos têm. Eu sou novo no Estado. Tem muita gente que já sofre muito mais do que eu, há muito mais tempo, mas não é, o que eu entendi até agora, por ter ouvido, foi que nós estamos querendo, Secretário, pelo que eu entendi da categoria também, é apenas uma forma de resistir até - e eu queria que vocês esperassem um pouquinho, para eu concluir o que estou dizendo -, nós estamos querendo uma forma de resistir até que esses planos e esses estudos sejam feitos, para que, definitivamente tenha um PCCR, que venha a impactar nossa vida posteriormente. Nós não somos nada, apenas estamos, como vocês também, todos os políticos, Sindicatos, Secretários, etc. Eu vi o Secretário falar a respeito de R\$ 100,00 a título de alimentação. Nós temos outras questões que não é o PCCR em si. O que está se propondo, é que tenha um *plus*, que nós resistamos até que o Plano seja implantado. É isso que nós queremos. E o que eu gostaria de pedir para Vossas Excelências, e com todo o carinho, com todo o respeito, eu ainda tenho uma carreira pelo Estado de Rondônia, pela frente. Muitos aqui são muitas coisas, não é, nós somos *bombril*, na verdade. Somos auxiliares, técnicos, enfermeiros, médicos. Eu me formei em Medicina. Eu sou médico e trabalho como técnico. Com muito prazer. Amo o que eu faço. E todos os meus colegas que trabalham comigo na AMI, trabalham com amor e afinco. O Secretário é meu amigo antes de ser Secretário. Mas eu nunca cheguei para o Secretário para pedir nada e falar nada, em função de ter conhecimento com ele, nem com Dr. Maiorquim, que é do SIMERO, nada disso. Mas o que eu queria pedir para Vossas Excelências, e que poderia ser possível, é que nós precisamos de um *plus*. E esse *plus* que eu gostaria de

pedir, não sei se é possível, que eu sei que a Administração Pública envolve uma série de legalidades, mas tipo: não confrontando, nem afrontando, temos a insalubridade que já é uma questão definida pela Justiça. Se nós tivéssemos isso acelerado sobre os nossos salários, já era uma ajuda. Se vier também, que eu acredito que é possível, termos esse aumento da alimentação, R\$ 100,00. Poxa, vamos melhorar um pouquinho no Plano de Saúde, lá, mais uns R\$ 50,00 alguma coisa, para que nos dê condição de resistirmos. E para encerrar minha proposta, não só que os Sindicatos participassem, eu gostaria da minha Unidade, que faço parte junto com a Imaculada, que é da Associação, participar também. Trazer minha contribuição, trazer a minha ideia, ouvir meus colegas, ouvir os servidores e participar. Eu quero participar! Eu quero contribuir. Amém?

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Eu quero parabenizar o senhor, pelas colocações, a forma respeitosa e detalhada que eu acredito que representou aí a maioria de todos que estão aqui, toda a classe. Eu acredito que é assim que nós vamos construir, de fato, e fazer uma nova história juntos. Obrigado pela colocação.

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Secretário, o senhor me dá licença só para eu acrescentar algo ao que ele falou. Eu acho que a gente, o senhor falou que a gente está tratando de PCCR, mas que estamos querendo outra coisa. Eu entendi o que o Jorge falou e acho que talvez a gente não tenha colocado umas palavras corretas. Mas o que nós estamos reivindicando até que se elabore esse PCCR é o que nós pedimos lá em junho, nós pedimos o auxílio-saúde para R\$ 400,00 e auxílio alimentação, a isonomia com a Sesau. É

isso que nós estamos querendo, alguma coisa que nos ajude agora até chegar os seis meses da elaboração do nosso Plano de Carreira, porque R\$ 100,00, Secretário, R\$ 100,00 a gente compra 3, 4 kg de carne. É muito pouco.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Não. Não compra, não. Mal e mal, 2kg. Carne está muito cara.

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Então, 2 kg. Só queremos, Secretário, que vocês olhem com carinho essa situação.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Só trazer uma linha para trazer o entendimento para todos nós. O Secretário de Finanças quando colocou os R\$ 100,00. Não, o Secretário de Finanças lá, quando trouxe a conta e o cálculo de impacto. O Secretário de Finanças trouxe o impacto: R\$ 14 milhões esses R\$ 100,00. Ok? Aí muitas vezes a gente fala que R\$ 250 milhões é muito barato para um Estado, é pouco para um Estado que fatura R\$ 8,3 bilhões. Ok? Vamos lá. Desses R\$ 8,3 bilhões, 50% são repasses: municípios e Poderes. Hoje, para fazer um investimento ou uma despesa de R\$ 300 milhões, o Estado tem que subir na arrecadação R\$ 1,4 bilhões, R\$ 1 bi e 200. Então para nós termos R\$ 300 milhões líquido tem que subir R\$ 1,2 bilhões na arrecadação.

A pergunta que eu faço para os senhores: alguém que vocês conhecem lá fora aguenta, ou vocês mesmos aguentam pagar mais impostos? Aumentar o peso disso para a sociedade? Não. Então não tem como aumentar a arrecadação no estalo. Então onde a gestão se coloca é: nós queremos viabilizar. Conseguimos os R\$ 100,00, conseguimos remanejar

e ajustar este impacto, economizando, enxugando o orçamento. Agora, se nós estamos falando de R\$ 100 - nós acabamos de falar de mais R\$ 150 de auxílio-saúde, correto? São R\$ 150,00 a mais, não é isso que vocês estão propondo? R\$ 150,00 a mais. Então nós estamos falando de impactos que hoje, neste momento, o Estado não consegue arcar.

Agora, quando vocês falam "R\$ 100,00 não dá nem para comprar 2kg de carne". A pergunta que eu faço para vocês, gente, e por mais que nós já estejamos aqui todos com fome e tudo mais, é: R\$ 100,00 não resolve, ok? Vai ser uma conquista. Vai ter alguma coisa, correto? R\$ 100,00 a mais. Agora, o que resolve de fato não é o PCCR, gente? Então por que, se uma vez que o Estado já colocou a construção desse PCCR, de uma vez encerrar essa história com a apresentação de uma proposta, e está aqui a Comissão, parte dela está aqui, a Assembleia não vai, de modo algum, se colocar contra uma coisa que vai ser construída a quatro mãos, e vai resolver essa situação.

Agora, se nós estivéssemos falando de mais quatro anos de estudo, fazendo toda uma enrolação aqui, que poderia ter trazido aqui qualquer coisa. Mas nós estamos trazendo algo que nós estamos, inclusive passamos o recesso buscando uma forma de construir isso. Agora, de novo eu coloco, a paralisação nós já temos um histórico. Não é perfil do Governador, não é perfil do Governo estar discutindo em meio greve. A greve só gera mais despesa para o Estado, mais custo e mais prejuízo até mesmo para a construção de um PCCR, porque vai tirar do orçamento qualquer intervenção. Então a luta aqui é simplesmente para a gente gerir um entendimento, achar uma confiabilidade ou um caminho de construção com os Sindicatos, sair dessa postura de "estão enrolando", porque senão nunca vamos negociar em nada, e se duvidar, lá vamos nós fazer a mesma coisa que no

passado. Vamos fazer algumas concessões, vão implicar no que resolve e no fim não vai resolver nada, porque o que vai resolver, porque o foi concedido não permite construir algo correto, em conjunto com a categoria.

Então o que eu coloco para vocês é: a gente iniciar a partir do dia 20, que é quando abre o orçamento, a construção do PCCR, já com a empresa trabalhando, ver uma dinâmica com vocês Sindicato, de reuniões que sejam semanais, e através disso, de forma transparente estar monitorando para que ninguém veja que ninguém está enrolando, vendo a evolução. E se a gente conseguir antecipar, a gente antecipa e envia. Essa é a ordem do Governador. Então, nós não queremos enrolar. Esse é o ponto. Agora, com essa questão de greve não adianta, não tem condição. Isso é o que nós estamos falando.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Pessoal, com relação à Assembleia Legislativa, eu como Vice-Presidente da Comissão de Saúde também, o Deputado Fúria não pôde estar presente, que é o Presidente, e acredito que ele não vá se opor. Nós temos aqui o Deputado Jair Montes, o Deputado Chiquinho da Emater, também, que é da Comissão de Saúde. Chegando aqui o projeto de lei do PCCR, nós nos disponibilizamos já em colocar o mais breve possível. Se possível na mesma semana para aprovação. E acredito que os outros parlamentares, nenhum deles será contra. Agora depende de vocês também aceitarem ou não.

Então, nós da Assembleia Legislativa vamos realizar uma reunião também, juntamente com vocês, se for acatada a proposta de contratar essa empresa para viabilizar o PCCR, para que seja feito um termo de acordo aqui para que todos assinem numa Comissão, numa reunião ordinária para que

possa ser tudo documentado, juntamente, com vocês, o Sindicato e todos.

O Raimundinho também queria falar já tem um tempinho. Pegue aqui.

Passar para a Célia.

O SR. JEOVÁ GOMES - Secretário, qual dificuldade de se encerrar 50% dos plantões especiais, horas extras, e reverter esse valor nos vencimentos dos servidores. Eu quero saber qual é a dificuldade?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Gente, olha só. É muito bacana aumentar 6% do salário. Mas a gente sabe hoje, que existe um negócio que eu não entendia, algo que eu não entendia há dois anos, quando eu estava no João Paulo. Eu estava lá no João Paulo e, às vezes, a gente sempre fazia reunião nossa lá e o pessoal falava: olha, se contratar 5 cirurgiões a gente consegue resolver problema da escala do Joao Paulo da semana inteira. E aí, tinha gente no concurso para ser chamado, e a Secretaria chamava um. Eu ficava revoltado: que porcaria! Porque não chama os cinco logo de uma vez? Tem gente para ser chamado do concurso. Quando a gente entra na gestão a gente entende que existe um negócio de Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje estou lá. O João Paulo me pede 10 médicos clínicos, pediu no começo do ano, pediu 15, na verdade. O Heuro pediu mais 15 para fechar escala. Estou falando de médico só, mas em todas as áreas acontece isso. Extrema me pediu 3, Buritis 3 e São Francisco me pediu 3. Sabe quanto? Isso dá 43 médicos, salvo engano, na época que eu somei acho que por aí. Sabe quantos médicos que foi liberado pela Segep? 18. Porque é o limite da Lei de

Responsabilidade Fiscal. “- Mas está precisando, a escala está descoberta, não tem jeito”. - Não pode! O Estado está no limite e o Tribunal de Contas não aceita contratar. O limite é pelo percentual de arrecadação do Estado. Só vai conseguir contratar mais pessoal se o Estado arrecadar mais. Então não tem jeito. É regra, é lei e não tem como fugir.

Aí hoje em dia as escalas só são fechadas com extras, porque não tem servidor suficiente, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não deixa contratar mais. Então se a gente tira plantão extra, no outro dia a escala está faltando. Vai faltar médico, vai faltar enfermeiro, vai faltar técnico na escala. Vai faltar mais do que o que já falta hoje.

Então é legal falar assim: tira, dá 6%. O Jeová sabe que não é assim, que não tem como fazer. É impossível fazer isso. É por que eu não quero? Não! É por que o Governador não quer? Não, não é! Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora a empresa que vai fazer, qualquer uma das duas que estão aí. Ou a FGV ou EloGroup, que são as duas que estão com as melhores propostas, qualquer uma delas que for fazer, elas vão analisar isso e ver onde é que dá para cortar, onde é que pode tirar plantão extra, onde é que pode tirar cargo comissionado, CDS, o que dá para enxugar o máximo possível para reverter isso em prol do salário. Isso, a gente não consegue fazer. O Golbery fala que a gente tem capacidade de fazer, nem o Tribunal de Contas conseguiu que tem técnicos que ganham cinco vezes, dez vezes mais do que os nossos. Automaticamente, eles conseguem selecionar, automaticamente, quando você paga muito melhor, você consegue fazer uma seleção e pegar pessoas mais qualificadas. Têm pessoas extremamente qualificadas lá e eles não conseguem fazer. O Tribunal de Justiça também não.

Então perdoa, Golbery, quando você fala que dá para fazer, faz na Sesau de qualquer jeito, pode ficar mal feito e pode acontecer: há, fez na Sesau, demorou dois ou três meses para fazer. O que eu acho difícil, porque nós, o Governo já vive sobrecarregado.

Segundo: depois que fizer, o Tribunal de Contas pode olhar e falar assim: quem fez? Isso já aconteceu várias vezes na Sesau: - Quem fez? - Ah, os próprios servidores aqui. Cancela e aí contrata empresa. Aí, ou seja, daqui três meses: - não, prestou não, faz outro. Então, vamos seguir o que os órgãos de controle estão fazendo. O que o Tribunal de Justiça faz - o Tribunal de Justiça fez agora, ano passado. Contrata empresa que faz o negócio tudo direitinho, que não tem como questionar. Ah, não, isso aqui ficou alto demais ou ficou baixo demais. Não tem, eles são imparciais. E aí a gente vai conseguir ver aonde é que pode enxugar. Agora falar assim: corta o plantão extra de todo mundo e dá 6% de aumento, infelizmente a escala vai ficar mais vazia do que já está, porque existe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tem a possibilidade de implantar insalubridade. Gente, olha só: insalubridade, progressões e verbas rescisórias. Quando nós entramos, esses processos estavam parados, enterrados há dez anos. E nós começamos a pagar. Hoje já têm três mil trezentas e poucas pessoas recebendo insalubridade. Progressões, eu não me lembro o número, mas eu estou com mais de 150 no gabinete. Colocaram ontem à tarde para eu assinar. Nós já assinamos - Neucila, quantas progressões nós conseguimos aumentar esse ano? Umas 400 pessoas? Mais, não é? Quinhentas e poucas pessoas, eu lembrei, até dezembro, 500 servidores que não recebiam progressão, que já estão recebendo.

Aí eu pergunto: está bom? Está todo mundo recebendo? Não, não está bom. Mas estavam parados esses troços, engavetados há mais de 10 anos e nós, sem orçamento, conseguimos tirar e começamos a pagar. As verbas rescisórias também, vários servidores, 300, aproximadamente 300 servidores já receberam. Estamos pagando gradativamente. Para esse mês - quando eu falo "esse mês", é em fevereiro. Já vai ter um monte, porque só na minha sala agora têm uns 120 lá para eu assinar de progressões. Então, vai aumentar. Abrindo o orçamento, para fevereiro já... Mas, pelo menos, 120 servidores vão receber. Não conseguimos resolver tudo de uma hora para outra. Não dá, para, num estalar de dedos, coisas de dez anos atrasados, a gente resolver de uma hora para outra. Isso não dá. Mas estamos, gradativamente, caminhando com o processo- escutem bem! - que estava engavetado há dez anos e ninguém tirava para resolver. Nós, gradativamente, estamos resolvendo.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Raimundo. Depois a gente vai passar a palavra aqui também para o Deputado Federal Mauro Nazif. Vamos deixar primeiro o Conselho de Saúde.

O SR. RAIMUNDO NONATO - Primeiro eu queria dar bom-dia, porque eu não almocei também. Bom dia para os Secretários, para os Deputados que estão à Mesa. Eu acompanhei a reunião passada, e eu estou aqui representando o Conselho Estadual de Saúde, porque a nossa Presidente não pôde estar aqui, e eu atentamente ouvi o que o Chefe da Casa Civil falou aqui. Nós aprovamos no Conselho Estadual de Saúde o PCCS/SUS, inclusive com base na proposta nacional aprovada pela Mesa Nacional de Negociação do SUS,

aprovada pelo Conselho Nacional e acatada pelo Ministério da Saúde. Isso é uma coisa que tem que ficar bem clara. Agora eu não sabia - e me desculpa, Jeová - que tinham levado para o Governo uma tabela, sem estar o esqueleto do Plano completo para se debater e se discutir.

Outra situação que eu quero chamar atenção aqui, pessoal - e a gente está aqui como apoiador: mas cadê a proposta do Governo por escrito? Para que a categoria possa debater! O Governo tem que oficializar aos Sindicatos a proposta, para que a categoria possa se pronunciar. Aí cabe ao Sindicato apresentar a sua contraproposta. É assim que se negocia, foi assim que eu aprendi ao longo dos meus anos. Para quem não sabe, eu sou dirigente sindical. Eu conheço isso como a palma da minha mão. O setor público é ruim para se negociar, porque além de negociar com vários Secretários - e aqui tem o Secretário de Fazenda aqui à Mesa, mas não sei se o de Planejamento está. Agora, cadê a sobra dos recursos da transposição dos servidores federais? Quem tem dados sobre isso? Qual foi o Sindicato que estudou sobre isso? Cadê os dados sobre isso? Quanto é que é a receita do Estado? O Estado está no azul. Quanto é que é essa receita do Estado? Tem que ter dados. Eu não venho para mesa de negociação, pessoal, eu sou militante da CUT e nós não vamos para mesa de negociação desse jeito. Não vamos. Nós vamos com dados concretos. O Governo apresenta a proposta dele por escrito, a categoria debate, discute e aí faz a sua contraproposta. Porque se for neste pingue-pongue que está aqui, nós não vamos sair daqui nunca, nunca! Eu sugiro ao Governo - viu, Secretário de Saúde? - porque nós vamos ter que discutir isso no Conselho, em fevereiro. Eu sugiro ao Governo encaminhar a proposta por escrito para os Sindicatos, para os Sindicatos poderem avaliar. Aí cabe ao Sindicato apresentar a sua contraproposta. Isso é o correto. Isso só é a minha contribuição, pessoal. E queria

deixar uma coisa bem clara aqui: dinheiro, o Estado de Rondônia tem. Tem! Tem! Pode estar sendo mal aplicado. Agora, a gente está tentando evitar aqui, Secretário, uma greve. Eu estou aqui tentando, eu não devia nem estar aqui ajudando o senhor e nem a categoria. Eu devia estar viajando, porque eu estou de férias do meu município, mas eu estou aqui ajudando, porque eu recebi esta missão para estar aqui. Eu queria dizer que eu estou aqui em respeito a vocês, porque eu sei que vocês trabalham, que vocês produzem neste Estado. Trabalham até com o teto da maternidade caindo na cabeça de vocês, com a frente do HB desabando, com a POC (Policlínica Oswaldo Cruz) caindo na cabeça das pessoas. E aí eu não vou falar mais o que eu sei, porque algumas coisas que eu sei, eu já mandei para o Ministério Público. Eu espero que ele tome de conta. Porque neste Estado também passou muito Governador ruim, passou muito Secretário ruim, que não cumpriu com o seu dever de casa, que não cumpriu com o seu dever de casa. Agora, esta categoria precisa ser respeitada, Secretário. E você faz parte dela. Quantos plantões você tirou no João Paulo? Lembre-se disso, porque na hora que você sair do Governo... Eu disse para a Katiane que o Governo passa rápido. Então assim, eu disse para ela, inclusive ela ficou meio chateada, mas eu estou falando em público, o Governo passa rápido. O nosso respeito e a amizade permanecem, porque Governo vai embora. Então, sugiro que o Governo apresente as propostas por escrito - e isso é uma sugestão, viu, senhores dirigentes sindicais -, e vocês debatem com a categoria e apresentam a contraproposta para o Governo. Se for possível, tira o indicativo de greve. Indicativo não é greve. É bom que as pessoas tenham esse entendimento. Indicativo é para forçar negociações. Porque para se fazer a greve você tem de seguir todos os princípios que determina a Lei de Greve, o Artigo 11 e o 13, que tem que

dar 48h de prazo para que o Governo se pronuncie em cima da reivindicação dos trabalhadores. Tenho dito e muito obrigado. E estou à disposição para ajudar.

MANIFESTANTE - Rapidinho, Dr. Mauro, é rapidinho. Eu quero fazer uma pergunta, Secretário, eu quero fazer uma pergunta. Isso que o Raimundo está falando, esses são os trâmites que acontecem. Trago, a gente leva para a base, porque assim, gente, para a gente tomar decisões às vezes assim, termina perdendo, porque eu, particularmente..., não vamos tomar decisões assim precipitadas, porque R\$ 100,00 não vale nada.

Agora, Secretário, quero fazer uma pergunta ao senhor: quanto custa essa pessoa que quer, essa empresa, que quer fazer esse PCCR? Quanto vai custar para o Estado? Porque o dinheiro do Estado é nosso. Quanto?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - O Jeová falou aqui em torno de R\$ 5 milhões. O Valor que você falou, não é, Jeová? Pois é, mas, não tem nada a ver. A empresa é que apresentou para a gente... para o Tribunal de Contas custou isso? R\$ 5 milhões? Você falou? O Jeová falou que para o Tribunal de Contas custou R\$ 5 milhões. Eu não sei quanto é que foi, R\$ 6 milhões? Dr. Neidson está falando? Não sei. O Jeová que falou. Ninguém quer falar quanto custou o deles, não é? O nosso, para fazer de 10 mil servidores, eu não posso julgar se está barato, se está caro, mas o menor que a gente conseguiu foi R\$ 950 mil. Não sei se é absurdo, se é... Se é caro, se não é; mas eu acho que é uma coisa, gente: vamos pensar, vamos pensar; vamos raciocinar...

MANIFESTANTE - Secretário, rapidinho, rapidinho!

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Só para concluir, só para concluir aqui...

MANIFESTANTE - Eu quero pedir, isso já está se alongando demais, a gente não está chegando a denominador nenhum. Uma, porque a proposta tem que vir, nós vamos levar para a base, com calma e decidir trazer uma contraproposta exata para o Secretário, que eu acredito, Secretário, que vai ser boa. Agora, Secretário, vocês disseram, na época do Confúcio Moura, fizeram essa mesma proposta de contratar uma empresa que custava R\$ 6 milhões. Os Sindicatos que estavam presentes não concordaram com isso. R\$ 6 milhões. Existem pessoas técnicas dentro do governo, que a gente pode fazer, sim, Secretário, o PCCR. Secretário dizer que não pode? Pelo amor de Deus. Tem nível superior de lá, gente, que já está acostumado com o PCCR. Eu acho isso um absurdo! E tanto que já tinha passado na Comissão de Saúde. Então, fazer um PCCR não é uma coisa de sete cabeças, não. Essas coisas absurdas, não. É sentar. O que a gente precisa? Uma coisa para que venha a suprir um pouco da necessidade e a gente trabalhar no PCCR. E outra, aquilo que o Raimundo falou também, sobre a transposição. Ela vai acontecer, está acontecendo. Vamos reservar esse dinheiro para os servidores públicos, entendeu? É isso que nós temos que amarrar porque, daqui a pouco, esse dinheiro ninguém vai ver mais. E vai acontecer. Então assim, vamos ter de olhar com mais carinho para o servidor. Temos que sentar.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Gente, olha só! Vamos, vamos... Eu não quero defender ninguém nem nada, mas olha só, os Sindicatos apresentaram uma proposta de R\$ 52 mil de salário para o médico. Olha só, o dobro do valor que é permitido pela Constituição. Técnicos fizeram. Advogados. Está certo, isso? A gente não tem capacidade de...

O SR. GOLBERY PAIXÃO - O senhor está baseando no salário de um médico. O senhor olhou as outras categorias?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Todos! Todos!

O SR. GOLBERY PAIXÃO - Não. O senhor só está falando do salário do médico. E as outras categorias? Que o salário está miserável? R\$ 1.000, R\$ 1.500.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Olhei todos, gente!

O SR. GOLBERY PAIXÃO - Outra coisa, viu Raimundo, isso já foi entregue na Sepog, que da Sesau, saíram R\$ 2 milhões dos servidores transpostos, foi economizado na folha da Sesau. Servidores que foram para o Iperon, aposentados, e sobrou na folha da Sesau, mais R\$ 2 milhões. O quê? São R\$ 10 milhões/mês. O que foi entregue, foi uma proposta para receber uma contraproposta. O Estado não tem e está dando R\$ 100,00. É isso. Pronto. Agora, não é culpa do Sindicato.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Dr. Golbery, acho que é assim: respeito, entendo, mas vamos lá. Falar que o governo não está apresentando... Nós estamos apresentando, sim. Só que nós estamos falando do PCCR. É o que nós conversamos na última reunião, perante os Deputados e assinado em extraordinária, Ok? Se nós estamos falando da construção do PCCR, está aqui apresentada, a proposta de construção do PCCR. Ok? Nós estamos colocando. Estão sendo colocadas outras condições. Nós podemos partir da última reunião, que é o que motivou esta reunião aqui, hoje.

Agora, se nós estamos entrando em outras pautas, por mais que elas foram tratadas lá atrás, a gente tem que ser justo no ponto de que quem estava presente na última reunião, que foi pública, nós estávamos falando de PCCR. E que iria apresentar para nós e protocolar na Casa Civil, inclusive, teve uma divergência. Os Sindicatos ficaram de conversar, natural, e apresentar uma única proposta, em comum acordo. Foi o que foi feito, uma tabela. E aqui eu não estou dizendo que está certo ou que está errado. Tem uma tabela. Foi visto o impacto desta tabela. Por não termos os detalhamentos, a Sefin não se sentiu à vontade de dar prosseguimento nela. Por quê? Vocês falam que é muito simples, muito simples. Mas nós estamos falando num impacto de R\$ 250 milhões; R\$ 255 milhões, não é? R\$ 255 milhões.

Então, gente, não é tão simples. Eu sei que cada um quer resolver um problema de 16 anos, mas, sendo muito sincero, não se resolve um problema pensando individualmente, apenas. Se a gente tomar uma decisão agora e criar um problema maior, não adianta sorrir e chorar lá na frente. Então é simples. Nós tivemos que absorver R\$ 420 milhões. Graças a Deus conseguimos girar 19, pagando todos os salários em dia, conseguimos resolver esse presente de

Papai Noel de 2018. E como é que você acha R\$ 420 milhões? Apertando.

MANIFESTANTE - Então, ele está oferecendo R\$ 100,00, para a gente esperar 06 meses a proposta dele...

O SR. JOEL (manifestante) - Eles ofereceram R\$ 100,00. Ok. A categoria não está aceitando. Eles pediram o princípio da isonomia com a Educação, que é R\$ 258,00. Por que não os R\$ 258,00? Por causa de R\$ 58,00. Eu acho que a gente vai ficar nesse impasse. Aqui o dia... Aí do auxílio-alimentação. Porque a gente nem entrou aqui no auxílio-saúde. Eles nos ofereceram R\$ 100,00 do auxílio-alimentação. Então, a Educação hoje é R\$ 258,00. Eu acredito que a Secretaria que menos recebe auxílio-alimentação é a nossa. É a nossa. É a menor. Então a categoria - e nós vamos ficar nesse impasse aqui o dia todo e não vamos chegar a denominador comum nenhum. Por que não chegar ao princípio da isonomia da Educação aí, R\$ 258,00? A categoria espera, nós chegamos aos R\$ 258,00 de auxílio-alimentação e esperamos, mas esperamos com uma forma garantida. Como Raimundo deixou aqui, que essa proposta seja por escrito, que não seja verbal. Não que nós não confiamos na atual gestão, porque isso nós já vimos em gestões anteriores. Esse acordo verbal nós já fizemos com governos anteriores. Inclusive esse auxílio-alimentação já era para nós recebermos. Foi feito um acordo. Foi feito um acordo. O único Secretário que não assinou, que eu não vou nem citar nome, mas todo mundo sabe quem foi, ele fugiu, deixou a proposta sem assinar, o Secretário da Casa Civil da época. Não assinou. Nós recebemos os R\$ 100,00 em agosto e os outros R\$ 100,00 nunca mais recebemos.

Então, eu acho que é uma proposta justa. A proposta da categoria não é ruim. Para que nós possamos esperar aí mais seis meses. Eu acho que é justíssimo, gente. E para o governo também é interessante. A gente não está nem colocando em consideração o que o Jeová colocou, o que a Mirtes colocou, o que o Raimundo colocou. Nós estamos pedindo simplesmente. O que a gente está colocando aqui, a categoria também não quer entrar em greve. Greve é desgastante. Só que a gente... Isso aí é a última cartada, é a greve. A gente também não quer. E eu também agradeço o fato de vocês terem trazido esta proposta. Os R\$ 100,00 eu acho uma proposta - não digo nem indecente - mas não é o suficiente. E eu acredito que a contraproposta da categoria para vocês também não é ruim.

O SR. MAURO NAZIF - Uma boa-tarde para todos, para todas. Eu fico contente aqui, contente entre aspas, de estar participando dessa reunião. Porque a gente fica contente quando é de coisa boa, e o momento aqui não é bom. Mas da gente estar junto aqui discutindo isso.

Cumprimentar o Dr. Neidson, Presidente que está trabalhando essa matéria aqui, juntamente com o Deputado Chiquinho, juntamente com Deputado Jair Montes; o governo aqui, pelo representante Chefe da Casa Civil Secretário Junior Gonçalves; Fernando Máximo; o Luís; o Jailson; e os Secretários aqui presentes do Estado; os Sindicatos; a Célia; o Maiorquim; Charles; Golbery; todos fiquem aí cumprimentados.

Aqui já trabalhou comigo o Jailson, já trabalhou o Júnior, trabalharam comigo na Prefeitura. A Secretária Adjunta Katiane também trabalhou comigo. Então eu posso até falar como gestor, gestor diferente do Estado, onde nós pegamos uma Prefeitura acabada, acabada. Muito difícil a Prefeitura. E eu lembro que a primeira coisa quando eu

cheguei à Prefeitura e o Júlio vai lembrar isso, nós tínhamos que fazer uma campanha do IPTU e o IPTU veio com um reajuste de 10% a maior, que a gestão anterior tinha cobrado para a população e quando eu olhei aquilo eu falei: "nós não vamos dar reajuste, mas se nós não dermos nós vamos ter um custo alto porque nós vamos ter que elaborar os carnês e tudo isso". Eu falei: "nós não vamos dar nada disso enquanto a gente não oferecer para a população". Cancelamos aquela ação toda, lembra Júlio? Cancelamos tudo, não demos reajuste e não demos nos quatro anos, porque Porto Velho pouco oferecia para a sua população. O que é que eu quero fazer com isso? Eu gosto de falar isso para fazer comparativos. Eu ouvi todos aqui da parte do Governo falarem só de R\$ 52 mil dos médicos. Primeira coisa, servidor público dá retorno, servidor público dá retorno e por isso, Jailson, eu investi nos servidores públicos de Porto Velho. Os servidores públicos de Porto Velho deram retorno para o Município de Porto Velho, de 19, Deputado Chiquinho, passamos para 32% de ICMS. Segundo, Fernando Máximo, e essa é para você, eu não aumentei o IPTU e vocês querem aumentar o número de plantões dos trabalhadores da Saúde. Vocês não discutem aquilo de oferecer ao servidor, algo que possa motivá-los. Vocês discutem um incremento que vai atender a não sei quem. O mesmo esse não sei quem que eu estou falando, que vocês estão atendendo, veio para cima de mim e eu não atendi. Primeiro ofereçam. Ofereçam aos trabalhadores. Quando eu vejo aqui a questão dos R\$ 100,00, e eu não gosto de entrar em número de conta de ninguém, mas eu sou obrigado a entrar, o orçamento do Estado de Rondônia é de 8 bilhões, R\$ 500 milhões e tantos mil reais aí. Quando eu vejo R\$ 100,00, e isso aqui não sou eu quem vai dizer se isso é bom ou se é ruim, quem tem que dizer é o Sindicato e as suas assembleias, esses R\$ 100,00 que vai dar um volume para 8 mil servidores da Saúde, algo em torno

de R\$ 15 milhões/anual, isso aqui significa, Deputado Jair, 0,17% do orçamento do Estado, 0,17%. Não chega a 0,2%. Então, com certeza não vamos aumentar IPTU, vamos oferecer primeiro para a população. Não vamos aumentar o número de plantões, vamos oferecer primeiro para os servidores da Saúde? Se nós estamos querendo melhorar, aperta, porque sai leite daí, sai leite daí. E nós não podemos ficar escondendo números. Outra coisa que eu fico triste, e sempre vou ficar, é o respeito que a gente tem que ter pelas pessoas. Se sabia, Kati, que esta proposta da questão do Plano de Carreira fosse ser daqui a seis meses, onze horas em ponto o Governo deveria estar aqui na Casa, onze horas em ponto. Falaram que iam fazer, que iam estudar, que iam fazer isso, pô gente! Para! Respeitem as pessoas. Essa resposta não chegou essa resposta não chegou, 10 minutos, uma hora, Maiorquim? Essa proposta, foram feitas consultas diversas. Cheguem na hora e falem. A gente tem que aprender a falar coisas boas e coisas não boas, as pessoas vão entender, mas o que mais machuca as pessoas é quando elas não se sentem respeitadas. Não façam mais isso, já têm as coisas, tragam, coloquem na mesa. Então, o que a gente quer deixar, quem tem que apresentar o Plano... Eu sei que o Plano é difícil, é difícil, eu também concordo com isso, não é fácil. Mas não fiquem se valendo de um Plano que o Sindicato encaminhou e que lá está falando que vai ter uma majoração de R\$ 250 milhões. É tão fácil a gente jogar a responsabilidade nas costas dos outros, é tão fácil. Ah, nós vamos pagar R\$ 52 mil acima do teto. Qual é a proposta? Qual é a proposta que eu vou botar na mesa? Se não tem proposta, fala: "pessoal, não tenho proposta." Acabou. Tomem a decisão. Não vou aqui discutir, não estou entrando... Aquilo que eu falei: eu não vou discutir se vem greve, se não vem. Isso não é meu. Isso é assembleia, Sindicato e assembleia.

Então, o que eu queria deixar aqui de recado, em cima de números que eu estou vendo aqui na planilha do Estado, no orçamento aqui do Estado, que de, esses R\$ 100,00 significa 0,17 pontos percentuais, onde o Estado está aplicando 12.7 na Saúde; 12.13 na Saúde. No município, a gente aplicava 32% - não era isso, Jailson? Terminamos com 32% - não foi isso, lá no município? Foi. 32% nós terminamos na Saúde. E a gente não tinha suporte. Não tínhamos nada.

Então, o que eu queria deixar: apertem, apertem esse cinto, que vocês podem. E chega a parecer que todos falam, nós vamos trazer isso aqui dia tal, hora tal. Honrem com isso e tragam uma proposta, haja vista que, em termos de planos de carreira, não tem proposta nenhuma, pelo que vocês falaram. Botem de maneira clara. Esses valores de R\$ 100,00, 0,17 pontos percentuais. Eu não sou técnico da Fazenda, mas uma coisa que eu aprendi é fazer conta. E, esse 0,17, ele é insignificante.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA - Só um minutinho, Secretário. Pessoal, isso que o Dr. Mauro falou aqui foi praticamente o discurso que eu tive aqui com relação à falta de respeito. E eu gostaria de fazer três perguntas.

Todo mundo aqui falou em levantamento de pessoal, falou em dinamismo e informática para informatizar o serviço público, para dar qualidade. E falaram principalmente no gasto de tudo isso. Eu queria perguntar ao Secretário de Saúde hoje, se ele pode responder de pronto, qual é o efetivo da Saúde hoje. O que iria impactar esses R\$ 100,00 para os servidores da Saúde? Porque, como foi falado aqui, não chegou nenhuma proposta por escrito. Se tivesse chegado uma proposta que dissesse assim:

peçoal, é o seguinte, hoje, na Saúde nós temos 50 médicos, 30 enfermeiros, 20 auxiliares, 30 técnicos; o impacto é esse aqui, a proposta que nós temos é essa. Nós íamos começar a discutir. Só que isso não foi feito. Simplesmente foi feita uma fala vazia, oferecendo R\$ 100,00 a mais de auxílio-alimentação. Até então, vamos considerar isso como uma proposta inicial, inicial. Vamos começar, que a gente começou a negociação. Mas eu acho que teria que ter um pouco mais de zelo em relação a isso, um pouco mais de consideração com os servidores que estão lá na ponta.

Dentro disso tudo, o colega já colocou aqui outra proposta. Só que, o que nós temos que esperar? A gente ouviu, mas nós não temos escrito. O Secretário Chefe da Casa Civil deixou bem claro que quando abrir o orçamento no dia 20, será apresentada - é isso, Secretário? - a cotação da empresa para elaborar o Plano de Carreira? Ou já vai iniciar direto? Então, essa licitação já está ocorrendo? Está pronta. O que isso, até o momento, nos garante que esse Plano de Carreira vai nos agradar? O que isso nos garante, por quê? Podem ser feitas várias emendas no orçamento para aprovar o nosso Plano de Carreira? Podem. Qual o compromisso, Secretário? O que o senhor pode nos dizer, o que o senhor pode nos documentar, na verdade, que garanta que esse Plano de Carreira realmente vai sair do papel? Porque nós já temos exemplos de outros movimentos que a gente fez até acordo judicial e não foi cumprido. Então assim, nós já estamos realmente cansados dessa situação. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: por que, neste momento aqui, vocês não chegaram com dados realmente conclusivos? Porque não fomos nós que demos o prazo para este estudo, foram vocês que solicitaram o prazo até o dia 10 de janeiro, entendeu? Então, por que, neste primeiro momento, vocês não chegaram

pelo menos com um esboço de alguma coisa para apresentar? Porque aqui têm pais e mães de família que dependem desse salário.

Então, a gente fica muito triste de chegar aqui, depois de toda movimentação que foi feita, de toda a credibilidade que foi dada, de toda esperança que a gente estava depositando nisso, e a gente chegar aqui e ouvir uma proposta dessas, entendeu? Quando ele fala que nós estamos cobrando o PCCR, realmente nós estamos. Agora, o mínimo que eles poderiam chegar aqui é darem as informações que a gente precisa para também discutir o PCCR, porque até o momento isso não foi feito. Desde aquele dia para cá, eles poderiam ter muito bem chamado todos os Sindicatos e alguns representantes da categoria para dizer assim: "Gente, a realidade até aqui é esta. Agora, vamos construir alguma coisa? Vamos apresentar pelo menos alguma coisa no dia 10 de janeiro, que fomos nós que pedimos a data para apresentar?".

Então, Secretário, eu queria só que o senhor me respondesse, o que nós vamos fazer, o que nós iremos, da parte do Governo, o que o Governo irá fazer para garantir que esse Plano de Carreira realmente saia do papel?

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Vamos lá. Você fez a colocação, que nós poderíamos ter chamado e tal. Eu vou voltar na nossa reunião lá. O nosso combinado era analisar o que foi colocado. Trouxemos o impacto e estamos colocando a proposta de construção do PCCR que era a causa discutida. Se a gente ficar aqui falando que não há proposta, pode ser uma proposta que não está aceita, mas, afirmar várias vezes a mesma coisa para se tornar uma verdade, não vamos fazer isso. Nós estamos apresentando sim uma resposta. Nós

fizemos a análise. Está a contento? Vocês vão deliberar. Nós fizemos a parte, como governo. E estamos buscando fazer da maneira como a gestão vê que é o melhor para o servidor dentro dessa construção, com respeito, qual a garantia que isso vai acontecer? Nós vamos fazer em conjunto. Pode formalizar? Não temos problema algum em formalizar por escrito, porque o que a gente fala, a gente escreve, não tem problema. O que for dar garantia e a tranquilidade, vamos fazer. Agora, é muito fácil, nós colocamos aqui, falar que um orçamento é R\$ 8.3, R\$ 8.5 bilhões e trazer um universo para expressar o que é R\$ 58,00 no meio de um oceano, parece pouco diante de um orçamento, por mais que isso represente R\$ 8 milhões, mesmo assim é pouco dentro de R\$ 8.5 bi. Mas, nós estamos falando de R\$ 8.5 bi, do qual, 40% já está comprometido com folha; 50% já foi para os Poderes. Comissionado representa 1.2% do orçamento. Então, nós estamos falando aqui, é muito fácil a gente jogar dados, qualquer coisa que falar aqui pode virar uma verdade, eu posso jogar um monte de dado aqui infundado. Se nós formos trabalhar em dados infundados, só para jogar, para fomentar, nós não queremos chegar a lugar nenhum, nem negociar. E aí nós só vamos ficar fomentando. O governo vai construir, qual é a garantia? O documento, a gente apresenta formal aos Sindicatos e a gente constrói o PCCR. Nós temos os R\$ 100,00 da alimentação, essa é a proposta. Essa é a proposta.

O SR. JAIR MONTES - Me dê um aparte, Secretário? Quem quiser vaiar, vaia. Não tem problema não.

Secretário, o que eu entendi aqui é o seguinte: foi colocado R\$ 100,00 a mais, vai para R\$ 200,00. E aí eu senti que muitos querem que chegue a R\$ 258,00 como é a Educação. Então, a possibilidade de nós chegarmos a R\$

250,00, R\$ 258,00 equipara o que está lá. Dá os seis meses aqui do Sindicato, o Governo não é louco de vir a Assembleia e enganar os Deputados também. Aqui não. Comigo não! Porque, aqui sai todo mundo, não fica nenhum Secretário, tudo é exonerado, saem todos. Comigo não. Então, assim, ele terá o prazo de seis meses, vocês estão ganhando 16 anos, que estão sendo enrolados, enganados, estão sendo enganados, 16 anos e vamos construir o PCCR da Saúde, que é o sonho de todos.

Então, assim, a minha proposta é essa, é o que tem, porque senão, vai ficar os R\$ 100,00 e não vai dar em nada. Uma greve vai ser igual uma briga de galo, um vai sair morto e outro vai sair ferido e ninguém ganha nada. Então, eu coloco, Secretário das Finanças, chega aos R\$ 258,00 a mais, assina um TAC, os Sindicatos, os Deputados, a Comissão, Secretário, todo mundo assina um TAC, dá os seis meses e vamos votar os seis meses e pronto.

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Gente, é assim: eu acho, na opinião do Sindsaúde, como aconteceu na outra reunião, a gente tem que conversar e ver qual é o limite que dá. O Governo já concordou em aumentar o nosso auxílio-alimentação para R\$ 258,00. Ótimo. Concordou, Governo? R\$ 258,00? Vamos aguardar, gente. Eles estão conversando sobre isso.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não. Eu estou pedindo, mostrando os cálculos, tentando ver se tem condição. É isso que...

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Eles estão conversando sobre isso. Se chegarmos aos R\$ 258,00 que nós pedimos há oito meses, eu acho que nós podemos aceitar esperar seis meses. O nosso sonho é o Plano de Carreira, gente. Nós podemos esperar seis meses desde que saia daqui a ata, como nós fizemos da outra vez, assinada, e que dentro de seis meses nós teremos uma resposta concreta sobre isso. E que os Sindicatos tenham, Secretário, que possamos fazer uma reunião semanalmente para vermos como está o andamento do PCCR.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Só uma Questão de Ordem. Só um pouquinho, Júnior. Eu acho que o Deputado Jair foi feliz aqui. Se a Educação recebe R\$ 258,00, eu acho justo também a Saúde também receber. E com isso esperar os seis meses que o Governo está pedindo para fazer o Plano. Eu acho que é possível construir isso aí, entendeu? Eu acho, Júnior, que é o caminho e que a Assembleia está aqui pronta para aprovar o Plano de Cargos e Salários da Saúde e das demais categorias.

O SR. GOLBERY PAIXÃO - Secretário Júnior, deixa eu falar, o que o pessoal está pedindo aqui, nós queremos sair daqui com o documento assinado por todos, que a gente tenha a garantia de que vocês vão cumprir. Porque da outra vez enganaram a gente. Levaram para assinar depois e não entregaram ata nenhuma assinada.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Quem?

O SR. GOLBERY PAIXÃO - No passado aí. Nós queremos sair daqui, nós vamos esperar a ata estar pronta aqui, tudo que vocês fizeram a proposta, vai estar assinada por todos, e agente vai levar para a categoria se aceita ou não.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Golbery, vamos lá. Só respondendo à Presidente do Sindicato e a questão dessa proposta de R\$ 100,00 para R\$ 158,00, de aumento. Vai aumentar R\$ 100,00. Vocês estão pedindo para aumentar mais R\$ 158,00, mais R\$ 58,00.

Então, assim, nós não temos a condição de falar aqui que vai dar aumento desses R\$ 58,00 a mais. Nós precisamos dessa semana para fazer o estudo dos R\$ 58,00, analisar o impacto e aí sim, os R\$ 100,00 estão garantidos. Agora, sair daqui com o OK por causa da pressão, não tem condição. Não vamos fazer isso.

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Secretário, só um aparte. O Dr. Fernando falou que R\$ 230,00, R\$ 130,00 de aumento, não, gente, eu vou botar para votação, tá?

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Quem afirmou R\$ 130,00?

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Dr. Fernando; R\$ 230,00.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Ele aqui?

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Não. Dr. Luís Fernando.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - A nossa proposta nesse momento é a construção do PCCR em seis meses e R\$ 100,00 de aumento na alimentação. É a proposta do governo; R\$ 100,00 na alimentação. Essa é a nossa proposta. O pleito a mais que está sendo pedido, nós precisamos estudar.

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante) - Secretários, deputados, bom dia, porque eu ainda não almocei. Eu quero fazer uma pergunta para vocês: está se falando muito em R\$ 100,00 de auxílio-alimentação, eu queria saber de vocês qual a possibilidade de esse aumento ser real para que abranja toda a categoria. Eu não estou aqui para me vitimizar, entendeu, só que hoje eu faço tratamento. Eu estou afastada por câncer. Então, a primeira coisa que sai é o auxílio-alimentação e o auxílio-saúde, entendeu? Então essa gratificação que está se propondo para a categoria, eu não sei se alguém está passando pela mesma situação que eu, espero que não, mas a realidade é essa. Então o que vai ser de R\$ 100,00 para alguns, para outros, não.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Como é que é o nome da senhora?

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante) - Raimunda. Eu penso assim: eu tenho 15 anos de servidora pública, eu não pedi para ficar doente. Hoje eu passo por esta situação. Mas eu já contribuí com o Estado 15 anos. Eu trabalho no João Paulo desde quando eu entrei. Desde quando eu entrei como funcionaria pública que eu trabalho lá. Têm uns colegas

meus que me conhecem, sabe que eu sou -fui, não é? Espero ainda ser uma ótima profissional. Entendeu?

Então estou aqui, na luta não para alguns servidores, mas para todos. E para abranger a todos, essa gratificação teria que vir incorporada ao nosso salário mesmo, não como gratificação, mas como piso. Mesmo que seja pouco, mas é um pouco que vai abranger a todos.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Dona Raimunda, aí nós vamos vendo. A senhora vê, a senhora, com tudo o que a senhora está vivendo...

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante) - Sim.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Nós vemos aqui o pedido de gratificação que não abrange à senhora.

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante) - Não.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - E assim nós vamos vendo nascer, sem a gente perceber, as discrepâncias da ausência de um PCCR justo e pensado.

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante) - Sim.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Mas vamos lá, demos agora R\$ 100,00. Quando cada um dos senhores que estão na ativa

começarem a pensar em se aposentar, vocês vão começar pensar na incorporação. Aí, por que vão perder. O que resolve toda essa sequência, que todos nós e vocês, principalmente, então vivendo, que é um ciclo repetitivo. É a ausência de um PCCR justo. A gente volta para essa situação. Então toda a vez que a gente faz o puxadinho, que é o quê? DáR\$ 100,00 ali, 3% aqui. Você atende alguns, outros continuam chorando.

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante)- Sim.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Porque todas as realidades têm que ser analisadas e pensadas num modelo justo. Então, de novo pegando a causa da senhora, a gente precisa pensar no PCCR, que é o que vai resolver tudo.

Agora, enquanto a senhora está falando, aí é aonde a gente tem que analisar. Alguns que não estão na condição da senhora vão gritar: não é isso que a gente quer, para de falar. Aí o outro vai falar: é isso que a gente quer. Então, o que nós temos que construir é uma questão justa que atenda a todos. Porque a causa da senhora é tão justa quanto à causa de quem está na ativa. E é o que o Governador quer.

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante)- Nos obriga, nós que estamos em tratamento a retornar. Meu salário hoje é R\$ 900,00.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - É um absurdo!

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante) - O que se faz?

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Por isso que nós temos que construir e resolver a situação de uma vez.

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante)- E aí, eu pergunto a vocês: cadê a cabeça que eu vou ter para cuidar de outra pessoa doente? Um doente cuidando de outro doente! É assim que estamos todos nós. Não é verdade? É um doente cuidando de outro doente. Infelizmente a nossa Saúde está doente, nossos servidores estão doentes, todos nós estamos doentes.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Sim. Nós entendemos isso.

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante)- E, a gente está aqui hoje pedindo nada mais do que seja o justo. Um aumento digno para que a gente possa levar para a nossa aposentadoria ou para o nosso túmulo, para serem deixados para os nossos filhos.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - E é o que eu digo para a senhora, e eu digo para senhora olhando nos olhos da senhora: o que o Governador, Coronel Governador Marcos Rocha, quer é acabar com essa discrepância, aqui nós estamos falando de anos, anos!

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante) - Anos. Eu tenho 15.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Não enfrentando, dando um pouquinho, mas não resolvendo nada. Então a construção do Plano é o que vai resolver à senhora e todos eles.

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante) - Eu só te falo que R\$ 100,00 hoje, da forma que vai ser distribuído não vai abranger todos os servidores, infelizmente.

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Concordo.

A SRA. RAIMUNDA (Manifestante) - Obrigada.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Gente, olha só. Somamos, eu peguei com a Neucila direitinho. Somei aqui com o Secretário, não é?

(manifestação da plateia)

Senhores! Senhores, olhem só. Não é que o Luís Fernando, não é que ele não queira. É que ele faz as contas e acha com dificuldade. Entretanto, falei com ele agora e ele prometeu que dá para fazer os R\$ 258,00 com dificuldade, mas vai fazer.

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Secretário, Secretário?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA - Agora sim, só para registrar. Isso é possível fazer como uma forma de garantir

essa continuidade da discussão do PCCR sem greve. Porque se tiver greve, aí a gente não tem como manter isso.

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Secretário. Eu quero fazer só uma pergunta. Só um minuto, gente! Só um minutinho. Como hoje o Governo não pode dar um aumento no auxílio-saúde e outro aumento no auxílio-alimentação, daqui a dois meses nós vamos ter garantido o orçamento para pagar o nosso PCCR? Para começar a implantar?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA - Eu quero até citar algumas falas, aqui, importantes, do Raimundo, do Dr. Mauro, Charles, mencionaram isso. A gente precisa ir a fundo na discussão disso, como Estado. E esse ambiente da discussão do PCCR é um bom ambiente para isso. Então assim, à medida que isso for construído olhando o Estado, aí sim, a gente constrói de forma a garantir a aprovação, o orçamento, a Assembleia, e tudo mais. Essa é a ideia.

A SRA. CÉLIA CAMPOS - Outra coisa: pode ficar acordado aqui reunião com os Sindicatos ou semestral, semanal ou quinzenalmente para acompanharmos a elaboração do Plano de Carreiras, Secretário?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Eu acho que mais do que Sindicato... Como o rapaz aqui... Como é que é o nome dele? O rapaz aqui, olha. Como ele pediu, eu acho que mais do que o Sindicato, eu acho que têm que ter algumas pessoas que não fazem parte do Sindicato. Eu acho que é importante. É importante. Escuta o que eu estou dizendo.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA - Então, vamos só sintetizar aqui um pouquinho, Deputado. Dr. Luís Fernando, R\$ 158,00 para garantia de... Na abertura do orçamento, a empresa inicia o trabalho, certo? Garantia de seis meses, a apresentação do Plano de Carreira.

O SR. JAIR MONTES - No máximo seis meses.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA - - No máximo seis meses. Vocês estão entendendo direitinho, pessoal? É assim: só para a gente...

O SR. MAURO NAZIF - Charles, só um pouquinho. Só um pouquinho. Só um minutinho. Secretário, eu gostaria de... Nós também estamos com uma discussão aqui, Fernando. Nós estamos com outra discussão aqui. A questão dos doze plantões. Permanecem os doze plantões, até a gente ver isso aqui resolvido.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não adianta querer ser hipócrita e mentir, porque está nas mãos do Tribunal de Contas. O Conselheiro está de férias.

O SR. MAURO NAZIF - O Tribunal de Contas, eu estive com o Tribunal. Eles falaram que isso aqui fica com o Estado. O Estado se manifesta.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Perfeito, pede para ele escrever. Pede para ele escrever.

O SR. MAURO NAZIF - Não, não. Eu pedi quando eu era gestor e eu botei dez plantões. Então, quer dizer, eu botei dez plantões. O Deputado Jair lembra bem disso. Então, eu vejo que isso aqui tem que ser batido o martelo também. E vamos para cima. Quem decide é a Assembleia.

O SR. GOLBERY PAIXÃO - Hein, doutor?

O SR. MAURO NAZIF - Espera só um pouquinho, Golbery. Porque muitos aqui me pediram para eu fazer também um comentário a respeito dos técnicos de raio-X, que têm a lei deles de 24 horas - têm muitos companheiros aqui técnicos de raio-X -, para que essa lei, que foi implementada no município, também seja implementada no Estado, baseado que existe uma lei federal também a esse respeito.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Gente, olha só. Só um minutinho, para responder o que o Dr. Mauro falou.

O SR. GOLBERY PAIXÃO - Não, eu só queria a garantia de que esses R\$ 258,00 são retroativos a janeiro. Retroativos a janeiro. Pode, pode, ele pode.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Eu quase apanhei para conseguir os R\$ 258,00 para o mês que vem. Não dá para...

O SR. JÚNIOR GONÇALVES - Só para a gente deixar clara a posição do Governo, e da nossa parte encerrar aí e fica com o Presidente, não é? São os R\$ 258,00. Ok? Seis meses a contar do início dos trabalhos agora na abertura do orçamento. E todas as outras causas vão ser discutidas, inclusive dentro da construção do PCCR. Ok?

O SR. RODRIGO MOREIRA CAMPOS - Perfeito. E, pessoal, seguinte: Meu nome é Rodrigo. Eu sou fisioterapeuta, sou Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Eu estava quietinho ali atrás. Assim como o Dr. Fernando já abriu para as outras categorias na mesa de negociação, nas conversas, eu já coloco o Conselho à disposição, talvez até indicando outra pessoa. Eu também estarei junto com vocês nessa futura construção, que em breve eu tenho certeza que vai dar certo, e que vai escutar todas as categorias. A gente vai estar ali sentado, discutindo, e eu tenho certeza que essa proposta que já foi feita, que já implantada logo, em breve. Da nossa parte, da minha categoria, nós temos alguns profissionais aqui. Eu tenho certeza que o que nós queremos é uma boa construção do Plano de Cargos e Carreira. Que escutem os profissionais e coloquem a gente no patamar que nós merecemos. Essa é a grande questão.

Eu tenho certeza que nós, em conjunto, vamos entender o processo, a situação do Governo e poder construir da melhor forma possível.

O SR. JAIR MONTES - Só para encerrar, só para encerrar, eu quero parabenizar aqui os Sindicatos, os

servidores, pela compreensão. A gente vai trabalhar agora, Presidente, a formalização do documento, para ficar tudo bem claro, a data que abrirá para contratar empresa até o término dela, para ter uma data certa, para chegar na Casa, o PCCR de vocês ser votado e acima de tudo, Presidente Dr. Neidson, nós colocarmos aqui também a votação dos R\$ 158,00 a mais para entrar no mês de fevereiro, correto?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Isso. E essa situação das 24 horas, da carga horária de todos os funcionários, conforme lei será trabalhada dentro do PCCR. Mas vai ser tudo trabalhado dentro do PCCR, por isso que vocês estarão acompanhando também. Então, a gente vai trabalhar, vai ser confeccionado um documento agora, eu acho que vocês já saíram daqui com uma conquista e aguardamos a outra conquista principal que é o nosso PCCR. Eu também sou funcionário da Saúde e é o que nós queremos.

(Manifestação da plateia)

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Qual o seu nome?

MANIFESTANTE - Daniela.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - A Dani está com uma dúvida. O PCCR vai ser também para os técnicos em Radiologia? A *priori* é para todos os servidores. Todos serão contemplados.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Todos os servidores da Saúde. E é por isso que é bom vocês acompanharem também a confecção do PCCR e os trabalhos. Bem, pessoal, vamos aguardar agora o documento. E invocando a proteção de Deus, a gente declara encerrada essa reunião. Obrigado.

(Encerra-se esta Reunião)

(Sem revisão dos oradores)